Q.946.02
P67Bpp

Digitized by the Internet Archive
in 2019 with funding from
University of Illinois Urbana-Champaign Alternates

https://archive.org/details/livrodaguerradec00matt_0

8.02
7b P
P

# LIVRO

DA

# RRA DE CEUTA

ESCRITO POR

**MESTRE MATEUS DE PISANO**

EM 1460

PUBLICADO POR ORDEM DA ACADEMIA DAS SCIÊNCIAS DE LISBOA
E VERTIDO EM PORTUGUÊS

POR

ROBERTO CORRÊA PINTO

CORONEL DE ENGENHARIA E ANTIGO PROFESSOR DO COLÉGIO MILITAR

ACADEMIA DAS SCIÊNCIAS DE LISBOA

*Rua do Arco a Jesus, 113*

*LISBOA*

ACADEMIA DAS SCIÊNCIAS DE LISBOA

COMISSÃO DOS CENTENÁRIOS DE CEUTA E ALBUQUERQUE

---

# COMEMORAÇÃO

DO

# QUINTO CENTENÁRIO

DA

# TOMADA DE CEUTA

---

*1.ª SÉRIE — TEXTOS HISTÓRICOS*

# LIVRO

DA

# GUERRA DE CEUTA

ESCRITO POR

Matteo Pisani

**MESTRE MATEUS DE PISANO**

EM 1460

PUBLICADO POR ORDEM DA ACADEMIA DAS SCIÊNCIAS DE LISBOA
E VERTIDO EM PORTUGUÊS

POR

ROBERTO CORRÊA PINTO

CORONEL DE ENGENHARIA E ANTIGO PROFESSOR DO COLÉGIO MILITAR

ACADEMIA DAS SCIÊNCIAS DE LISBOA

*Rua do Arco a Jesus, 113*

*LISBOA*

Coimbra — Imprensa da Universidade — 1915

Q946.02
P676Pp

# PREAMBULO DO TRADUTOR

Na preciosa «*Collecção de livros ineditos de Historia Portuguesa*», publicados de ordem da Academia das Sciências de Lisboa, se encontra no tomo 1.º e sob o n.º 1, uma pequena obra com o título de «*Livro da guerra de Ceuta*» escrita em latim por *Mateus de Pisano.*

Esta obra, segundo se vê claramente em seu texto, foi elaborada e passada às mãos dos copistas quarenta e cinco anos depois do glorioso feito que celebra, isto é, por volta de 1460.

Isto só, quando mais não fôsse, bastaria para dar à mesma obra, como muito antigo documento histórico e literário, um valôr, em qualquer caso, muito para ser considerado. Mas, com ser isto assim, é certo que tal documento é muito pouco, e, porventura, não muito bem conhecido.

É que do escrito de Pisano a primeira e, até hoje, última reprodução feita pela imprensa, — estou em dizer, a única reprodução que existe — é a que acima foi referida e se deve à benemérita Academia das Sciências de Lisboa.

Foi esta obra de Pisano que a douta Comissão, da mesma Academia, incumbida de cooperar na celebração do quinto centenário da tomada de Ceuta teve por conveniente fazer traduzir do latim, em que foi escrita, para a nossa materna língua.

Porque assim se deliberou, não o sei eu, nem me competeria dize-lo; mas avento que mais ponderosa razão não terá havido

para a Comissão assim proceder, do que o saber que, com o desprêso a que há muito — e ainda mal! — se tem votado o estudo da formosa língua de Lacio, já hoje não será senão muito freqùente encontrar entre pessoas aliás ilustradas quem não esteja em condições de ler, no original, a obra de Pisano.

Como quer que seja, foi a mim — e agora é que é dizer: ainda mal! — foi a mim que veiu a caber o encargo de verter de latim para português o Livro da Guerra de Ceuta. E não é que eu tenha a honra de pertencer à Academia ou haja sido nomeado para fazer parte da Comissão referida, mas simplesmente porque houve por bem cometer-me tal encargo o digno Subpresidente da mesma Comissão, S. Ex.ª o General Carlos Roma du Bocage.

Sabia êle que — por mal de meus pecados — eu consagrára uma boa parte da minha vida — a melhor talvez — a ensinar latim a rapazes, e daí o lembrar-se do meu nome para o fim indicado. Depois com tais modos e razões me pediu que fizesse eu aquele desejado trabalho de tradução que não houve esquivar-me. O pedido era feito por pessoa a quem me habituára a obedecer, como meu superior militar, e, o que vale mais, a estimar muito como bom camarada e bom amigo.

Assim foi que me abalancei a um trabalho que, apesar das aparências em contrário, tinha e tenho por um tanto desmedido para as minhas fôrças.

E a razão é que nem o latim de Pisano é o que eu, por dever de ofício, tive de versar, nem para a tradução da obra — desta como de outra qualquer — é bastante o conhecimento da língua em que está escrita. O que seja o traduzir, como deve ser, só o desconhece quem ou não tenha feito a experiência, consciencio-samente, ou não haja lido o que sôbre tal género de trabalhos literários tem escrito os mestres no assunto. Eu por mim, além de um tanto experimentado, sei bem o que, a propósito de traduções, deixou escrito, entre nós, o príncipe dos tradutores e grande

mestre da língua António Feliciano de Castilho, e lá fóra, por citar só um, o insigne humanista Michel Bréal.

Não foi, pois, por desprevenido ou de ânimo leve, mas só forçado dos deveres de amizade que tomei à minha conta a tradução que ora aí sái a lume — a primeira publicação em português da obra de Pisano.

Muito teria a dizer sôbre êste meu trabalho; mas forço-me a reduzir ao mínimo as considerações de caracter crítico que se me oferecem, além do mais, até porque, depois de haver dito o muito mal que sei desta minha obra, havia de ver-me em serios embaraços para explicar como me atrevi a dar-lhe publicidade.

Tratemos pois do original, da obra de Pisano, que o pouco e mal que diga, sempre terá maior interesse do que o muito e não melhor que poderia dizer da imperfeita tradução e do obscuro tradutor.

O peor é que tenho de começar por uma notícia triste. Tenho de escrever qualquer cousa parecida com um necrológio. Aí vai.

Cumpre-me comunicar à numerosa família dos antiquários, alfarrabistas e bibliofilos que, pelo visto, desapareceu, talvez para sempre, o velho Códice, *De bello Septeusi,* filho unigenito ou, pelo menos, uninoto do Mestre Mateus de Pisano.

Há 455 anos que veiu à luz e desde logo com mui triste sina! Os primeiros 330 anos da sua existência passou-os o pobre livro sequestrado do mundo, jazendo encantoado por escrínios de velhos solares, cujos moradores se davam muito mais a florear armas, que a folhear livros. Após tão longa clausura e abandono apareceram uma vez mãos solertes e carinhosas que da sua jazida o arrancaram para lhe fazer a apresentação no mundo, não já com as suas venerandas mas bolorentas vestes de pergaminho garatujado à penna, mas no trajar da moda, segundo o figurino de Guttemberg. Mas — ó fôrça do destino! — o mesmo foi expôr ao

ar e à luz o velho Códice que perdê-lo de vista, e agora, talvez para sempre. É o caso: R. I. P.

Quer isto dizer que do «Livro da Guerra de Ceuta» só podémos, ou, pelo menos, eu só pude ter conhecimento pela já referida reprodução impressa que dele fez a Academia das Sciências por intermédio do seu douto Secretário José Corrêa da Serra. Foram de todo infrutíferas as diligências empregadas, não só por mim mas por alguêm mais, para descobrir aqui, e ainda em Paris, um dos primitivos exemplares daquela obra de Pisano. Para cúmulo de desastre nem sequer se conseguiu atinar com o paradeiro do Códice que serviu de original para a publicação impressa da obra, e ao qual se refere Corrêa da Serra na introdução que para ela escreveu!

É uma perda lamentavel para muitos, mas para ninguem o será mais do que o foi já para mim. E não é que eu morra de amores por pergaminhos — provavelmente porque os não tenho — mas porque só eu sei a falta que aqueles me fizeram a mim como tradutor. O meu trabalho houve de ser feito unica e exclusivamente sôbre a edição impressa da obra, já muitas vezes referida; e não faltam razões para me entrar do convencimento de que tal edição não saiu isenta de defeitos graves, derivados porventura, e, em parte, com certeza, de incorrecções do texto primitivo, ou do menos perfeito estado de conservação do velho Códice. O que é certo é que naquela edição se me depararam não poucas imperfeições e incorrecções, sempre embaraçosas e algumas delas constituindo obstáculos insuperáveis, pelo menos, para tradutores da minha estôfa.

Seria fastidiosa e aqui descabida a resenha por miudo dos factos a que aludo, a alguns dos quais, de resto, me refiro em notas no texto e no seu lugar apropriado.

Bastará dizer sumariamente que, a par de truncaturas mais ou menos importantes que o próprio texto acusa, ali topei cousas como estas: — troca de uns por outros vocábulos, dos que não

podem confundir-se, ou substituir-se um por outro sem darem sentidos completamente diferentes, ou absurdos, — frases de difícil interpretação por incompletas ou atabalhoadas; — termos que, não sendo do latim mais ou menos clássico, são desconhecidos para Du Cange, que os não cita no seu importante vocabulário do médio e baixo latim, etc. E, se se atender pròpriamente à elocução gramatical, ali se nos deparam tais incorrecções que, a meu ver, não são para lançar afoitamente à conta do tempo em que a obra foi escrita; mòrmente se se considerar que, quem a escreveu, por dever de ofício, havia de ter manuseado os clássicos latinos.

De um deles, pelo menos — de Salustio — mostra Pisano que tinha bastante conhecimento, não só nas frases que dele aproveitou para o seu escrito, mas também no muito que procurou segui-lo no que diz respeito à contextura e forma geral da sua obra.

Isto mesmo notou Corrêa da Serra na introdução com que ilustrou a citada edição do livro de Pisano, feita sob suas vistas. A esta introdução terei de referir-me mais de uma vez ainda.

E aqui dou por findas as minhas considerações no que respeita pròpriamente à parte, por assim dizer, material do livro que tive de traduzir. Já é de sobra o que aí fica para se apreciar um pouco quais e quantos foram os embaraços que, só por êste lado, encontrei no meu caminho, em aparência, tão corredio de simples tradutor.

E como tradutor aqui poderia e deveria talvez pôr ponto final.

Bem se compreenderá, porêm, que, no tracto íntimo, demorado e algo fastiento que tive com a obra de Pisano, eu haja muitas vezes desviado os olhos da poeirenta estrada que ia sèguindo para os lançar mais ao largo, embora não muito para longe, que pequeno é para mim o campo da nítida visão. E, porque assim foi, não posso já agora, acabar comigo que não diga algumas das cousas de maior interesse que observei nas imediações do caminho que me fôra traçado.

A obra de Pisano tem na sua idade o melhor título a recomendá-la como documento histórico e literário, sendo convicção minha que mais interessante ela é como trabalho literário do que como documento histórico. Debaixo dêste último ponto de vista, o livro *De bello Septensi,* não é mais, a meu ver, que uma edição, *ad usum exterarum gentium,* da Crónica da tomada de Ceuta do nosso Zurara. Estou até em crer que disto só, e não mais, foi Pisano encarregado pelo seu antigo discípulo, El-Rei D. Afonso V, que o encarregou tambêm de traduzir para latim a Crónica de D. Pedro, com menos forte razão, mas pelo mesmo motivo, — o de tornar melhor conhecidos de estrangeiros os grandes feitos de ilustres varões Portugueses, servindo-se para isso da língua latina, ao tempo a mais própria à vulgarisação pela escrita.

Mas no desempenhar-se dêste encargo, Pisano não esqueceu o fim a que seu trabalho era destinado, nem podia tambêm esquecer-se de que êle era *artium magister et poeta laureatus,* que é como se hoje se dissesse — doutor em letras e poeta consagrado. E assim foi que, não perdendo de vista o alvo a que visava o seu trabalho, começou Pisano por desbravar o terreno, roçando, por assim dizer, o mato virgem do original — uma luxuriante e emaranhada vegetação que, não estando ligada na obra de Zurara ao arvoredo de bom porte e melhor fruto que ali medra, só serve a empecer quem queira apreciar-lhe a formosura ou fazer nele proveitosa colheita.

Após êste primeiro trabalho de desbaste, seguiu Mestre Mateus passo a passo o original do seu trabalho, limitando-se até e frequentemente a simples tradução literal, sem se dedignar êle, o mestre, de seguir assim, mano a mano, com quem, no seu dizer encomiástico, era apenas, no tocante a letras, um *bonus grammaticus.*

Quando Pisano deixou êste caminho, foi só por honrar seus próprios títulos. E bom foi, emquanto, como *artium magister,* procurou vincar bem nítida no seu trabalho a feição literária; que,

se não logrou produzir obra modêlo, não deixou de revelar nela qualidades de algum preço, como são uma certa elegância e, sobretudo, apreciável sobriedade no dizer.

Mau foi, porêm — os manes de Pisano me perdoem! — e muito mau foi que, ao trasladar um documento histórico, êle se não haja esquecido de que era *poeta laureatus.* Quando se lembrou de pôr as azas da fantasia por erguer-se, reproduziu-se — agora num velho — o fabuloso caso bem conhecido: o sol da verdade derreteu-lhe as azas e deu com êle no mar do despropósito.

Ora tudo isto que assim digo reclamava uma justificação, que teria de ser pormenorisada mas, por isso mesmo, aqui muito mal cabida, alêm de ser estranha ao meu propósito, que não é o de fazer um estudo crítico-literário do livro de Pisano. Nisto me não meto eu por duas razões: primeira, porque é trabalho superior às minhas fôrças, segunda, porque *sei* que é superior a elas; devendo notar-se que a última é que é realmente a *ultima ratio;* sim, que a primeira a cada passo se vê que não é bastante.

Em todo o caso não me tenho por desobrigado de alguma cousa dizer de minha justiça.

Pelo que toca às amputações, aliás justificadas, feitas por Pisano na obra do nosso Zurara, e ainda, até certo ponto, ao cuidado com que a êste seguiu mui de perto no decurso de seu trabalho, cousas são que resaltam logo da simples leitura das duas obras. Mostrar que foi tão íntima a ligação dos dois que muitas vezes o que um escreveu se pode considerar como a tradução literal do que foi escrito pelo outro, e abonar tal asserto com citações, seria, alêm de prolixo e fastidioso, um verdadeiro contra-senso. Pois se o que escrevo é para quem não saiba latim, de que serviria pôr em confronto os dois textos?

O mesmo digo com respeito às ligeiras considerações que fiz pròpriamente sôbre a elocução literária ou gramatical da obra de Pisano.

Resta-me, pois, — e é esta talvez a parte mais interessante, e

bem assim a que mais me impõe o dever de uma justificação —, resta-me mostrar como mestre Mateus despropositou quando, por honrar o seu título de poeta, soltou o vôo à fantasia no intuito talvez — o que é já uma atenuante — de aumentar o interesse na leitura da sua obra, dramatizando-a a seu modo e sem grandes escrúpulos pela verdade, como usam poetas.

Assim é, por exemplo, que Pisano faz coincidir, em dia e hora, com o falecimento da Rainha D. Filipa, um eclipse total do sol, a que também Zurara se refere, mas dando-o como anterior àquele facto. Ora, como em nota e no lugar próprio do texto vai referido, êste eclipse, que foi realmente notável, ocorreu em 7 de junho pelas 5 horas da manhã, e a Rainha faleceu em 18 de julho pelo meio-dia. A coincidência dos dois factos é mera fantasia de poeta.

Assim foi também que o mesmo poeta Pisano figurou um pomposo saimento do cadáver da mesma Rainha desde Sacavêm até ao mosteiro da Batalha, e aí depois as competentes exéquias solénes, sem ver ao menos que tais ceremónias não caberiam nos escassos sete dias que mediaram entre o falecimento de D. Filipa e a partida da frota, que, demais, para se poder efectuar em 25 de julho, exigiu muitos trabalhos por parte das pessoas que em tais ceremónias haviam de figurar. Aqui, e só aqui, convêm notar, foi que mestre Mateus se afastou completamente de Zurara, que lá refere na sua Crónica que a Rainha foi enterrada em Odivelas, onde faleceu, e no próprio dia do seu felecimento, sendo-lhe ali feitas as exéquias, sem corpo presente, no dia imediato. O mêdo da peste que grassava em Lisboa e à qual se atribuiu a morte da Rainha, explicam bem o caso referido por Zurara.

Mas há um outro facto ainda, de certo o de maior importância para justificação do que deixo acima escrito, não só em relação com os devaneios poeticos de Pisano, mas ainda, o que é mais para notar, com respeito ao muito de perto que no seu trabalho êle seguiu a obra de Zurara.

Ao terminar do seu livro, no propósito manifesto de o fechar com chave de ouro, engendra Pisano, como final de acto, uma scena verdadeiramente macabra.

D. João, como é sabido, apressou-se a enviar, ainda de Ceuta, a boa nova da tomada desta cidade a D. Fernando de Aragão. O facto nada tem de extraordinário e muito menos de dramático. Dele trata o nosso cronista com a sobriedade que merece, dando, e com razão, mais algum relêvo a uma outra mensagem enviada poucos dias depois ao mesmo D. Fernando por intermédio de Álvaro Gonsalves, o qual, convêm notar, foi encontrar o rei de Aragão em Valença do Cid.

Ora, é digno de registar-se aqui, quanto pode a fantasia de um poeta. No primeiro e mais simples dos dois simplicissimos factos citados — na mensagem enviada por João Escudeiro — teve Pisano artes de encontrar polpa para uma scena dramática.

O mensageiro foi encontrar D. Fernando no castelo roqueiro de Peniscola, lá no extremo norte da província de Valença, e ali foi recebido pelo Rei de Aragão na presença do antipapa *Clemente VII.* Preparado assim o scenário, dá-se então o seguinte lance dramático. Escudeiro dirige-se ao Rei para beijar-lhe a mão e êste recusa dizendo: — Beijai primeiro os pés ao Sumo Pontífice ali presente, depois me beijareis a mão a mim. A isto João Escudeiro, abrazado, por si e por seu Rei, em fé ortodoxa e zêlo de fidelidade ao Papa de Roma, dramaticamente retruca: — Não beijarei, Senhor, — não! Do melhor grado beijaria os pés do Santo Padre, do de Roma, se aqui estivesse, que é a êste que meu Rei e Senhor presta obediência.

D. Fernando aprecia a ombridade de Escudeiro, e aqui termina a scena que denominei macábra, e agora direi porquê.

O principal personagem que nela figura é o antipapa Clemente VII, que falecera vinte um anos antes de comparecer em Peniscola, onde nunca esteve em quanto vivo foi. Pisano é que se lembrou de ir buscar o célebre Roberto de Genebra a Avi-

nhão, onde falecera e fôra sepultado em 1394, para assim pôr uma nota dramática no final do seu livro e por encarecer ao mesmo tempo o sentimento de fidelidade dos reis de Portugal à Cúria Romana.

A êste êrro cronológico me refiro mais meudamente em nota à tradução do livro de Pisano.

Aqui basta a meu propósito o que fica escrito com só uma cousa mais, talvez a de maior importância para o meu caso. Como se pode explicar um tão crasso êrro cronológico sôbre um facto recente para o tempo de Pisano, e de tal importancia como eram então os que se referiam ao Papado? Matutei bastante sôbre isto, até que um dia veiu em meu auxílio o acaso, que tantas vezes se compraz em desvendar mistérios. Ao folhear ràpidamente a Crónica da tomada de Ceuta, em busca nem sei já de quê, foi-me a vista atraída por uma passagem que ali vem e que, pelo pouco que tem de interesse, nunca me merecêra atenção bastante.

Zurara no referir-se aos boatos que corriam sôbre o destino da fróta, à falta de elementos para *determinar a certidão daquele feito,* cita (cap. XXVIII) entre outros o seguinte: «que, porquanto em Avinhão naquele tempo estava o Anti-Papa, *que se chamava Clemente VII,* ao qual obedecia toda Hespanha, afóra êste reino de Portugal, que el-rei como fiel e católico cristão que sempre tivera com o Papa de Roma, tendo verdadeiramente que aquele era o direito Vigario de Nosso Senhor Deus em logar do Apostolo S. Pedro e verdadeiro pastor da egreja, enviava (com a frota) seus filhos, querendo desfazer tamanha divisão como estava entre os christãos, etc.».

Já daqui se vê que não fui rigoroso no dizer acima que Pisano se lembrou de fazer ressuscitar Clemente VII. Não, o seu a seu dono: esta lembrança foi do nosso Zurara, se é que êle se não limitou a registar uma atoarda do povo. Em qualquer caso foi Zurara quem sugeriu tal ideia a Pisano, que na sua qualidade de

poeta, a aproveitou, até no que ela tinha de intencional, para a dramatisar, dando-lhe mais brilho e destaque, pondo, emfim, por sua conta, em grande relêvo e com fóros de graúdo dislate o que não passava, quando muito, de um lapso ou inadvertência de Zurara.

Ora, não bastaria êste facto, se mais não houvesse, para confirmação plena do que aventei sôbre o caracter geral do livro de Pisano? A fidelidade com que êle seguiu o original da sua obra, até essa se revela neste caso, que, pelas aparências serviria a refutá-la.

Eu cá por mim digo que tão escrupuloso se mostrou Pisano em seguir Zurara que nem dêle se afasta quando o vê enveredar por caminho errado: — copia-o, sem mais critério. Mas, no intento de dar sempre ao seu trabalho acentuada feição literária e não menos no de honrar seu título de poeta, faz de um argueiro um cavaleiro, dando, à primeira vista, a ilusão de que apresenta cousa nova e pròpriamente sua.

Estou em crer que foi uma destas ilusões que fez dizer a Corrêa da Serra na sua introdução ao livro de Pisano que nele *vem algumas anecdotas que de balde se buscarião nos outros nossos Escritores.* Este facto, a que venho fazendo referência, está bem no género anedota, e pelo lado da originalidade, que me abstenho de classificar, é realmente de primeira ordem; nem outro se encontra no livro de Pisano com igual direito ao título de anedota original.

E aqui dou por findas minhas considerações no sentido de justificar o conceito que anteriormente formulei sôbre o caracter geral e predominante do Livro de Ceuta do mestre Mateus de Pisano. É uma obra literária quanto à forma, e quanto à matéria uma reprodução da Crónica do nosso Zurara, apropriada à vulgarisação desta obra nas nações estrangeiras.

Por muito que queira restringir considerações no que respeita

à tradução da obra, não me resigno a deixar de dizer, *pro domo mea,* que a determinação que assim fiz do caracter predominante da obra de Pisano, teve grande influência em mim como tradutor dela.

Claro é que não são para traduzir de igual modo um documento histórico e uma obra literária, exactamente como não são para reproduzir pelo mesmo processo, nem visando ao mesmo fim, um desenho geométrico e um quadro de pintura artística. No primeiro caso empregam-se instrumentos e processos adequados a medições exactas, procurando obter-se, com a nitidez do traço, o maior rigor nas medidas; no segundo caso, o pincel é dirigido pelo adestrado órgão visual do desenhador e pela sua intuição artística, e o fim a que o copista visa é o de fazer que a sua cópia dê no todo a impressão que dá o original. Assim é tambêm na tradução de um documento histórico ou de um documento literário: o primeiro exige a mais perfeita conformidade com o original nas mais meudas cousas, sendo a tradução literal a que deve empregar-se até onde seja possivel, processo êste de tradução que utilisado em uma obra literária, em uma obra de arte, a transformaria numa caricatura ou deformidade monstruosa.

Bem sei que me poderão dizer que não consegui o meu fim como tradutor, mas isso é outra cousa: nem sempre um bom critico de música ou de pintura é músico ou pintor. De resto, tambêm pode dar-se o caso, e deve ser vulgar, de certo pintor ter mais facilidade de execução e até mais felicidade nos resultados do seu trabalho, quando faz obra sua do que tentando reproduzir obra alheia, mórmente quando esta não prima pela nitidez e perfeição.

Mas basta sôbre o opúsculo de Pisano, sua tradução e tradutor.

Agora, para dar inteiro cumprimento à promessa por mim feita, só me resta dizer alguma cousa sôbre a pessoa tão falada e mestre Mateus de Pisano.

Ora sôbre êste assunto, aliás interessante, se fôr a escrever o que sei com tal ou qual grau de certeza, a muito pouco terei de limitar-me. Mateus de Pisano foi um letrado estrangeiro que esteve na côrte de Portugal como preceptor do príncipe que veiu a ser El-Rei D. Afonso V, junto do qual se conservou depois como seu secretário e pessoa de valimento (1).

Donde e de que família êle provenha, — donde, como e por intermédio de quem tenha vindo para Portugal, sôbre tudo isto sei apenas que carece de fundamento o que a tal respeito escreveu Corrêa da Serra na sua introdução à obra de Pisano.

Segundo o douto académico, Mateus de Pisano era um filho da célebre Cristina de Pisano, o qual tendo sido levado de muito novo para Inglaterra pelo conde de Salysbury, que generosamente se encarregára de o educar, ali ficou depois na Côrte do Rei Henrique de Lencastre, que o tinha em estimação. Mais tarde, quando o príncipe que depois foi El-Rei D. Afonso V careceu de um preceptor, seu tio, o infante D. Pedro, que da educação do sobrinho havia sido encarregado, com o muito apêgo que tinha à casa de Lencastre solicitára e obtivera do rei Henrique para preceptor de D. Afonso o letrado Mateus de Pisano.

Ora tudo isto é engenhosamente arquitectado, mas assenta em base mal segura, ou melhor, em falso, como se me afigura e vou dizer.

Antes de tudo, o que Corrêa da Serra apresenta como fundamento das suas conjecturas não resiste grandemente à crítica. Mateus de Pisano era filho de Cristina de Pisano, como êle diz, porque tinha o apelido desta e porque Cristina numa das suas obras faz apologia de um seu filho encarecendo-lhe as qualidades

(1) O Sr. Pedro de Azevedo apresentou numa das sessões da Comissão dos Centenários de Ceuta e Albuquerque tres documentos, que descobriu na Chancelaria de D. Afonso V, referentes a Mateus de Pisano, num dos quais El-Rei a êste se dirige com o título de *nosso secretario,* dizendo os outros respeito a mercês concedidas a terceiras pessoas a pedido de Pisano.

de caracter e os merecimentos literários e scientíficos. Ora nem o nome de Pisano é caraterístico de uma família, nem, e menos ainda, as prendas de espírito e dotes morais são privativos de um só indivíduo. A questão de datas, a que também se refere Corrêa da Serra, só serve para provar que a hipótese por êle formulada seria possível, no tempo, e nada mais (1).

Cristina de Pisano foi casada com um tal Etienne Ducastel, do qual houve tres filhos, que por isso deveriam usar do apelido Ducastel e não do de Pisano. De facto, o filho dilecto de Cristina, o mais velho, que cultivou as letras com sucesso, foi *Jean Ducastel,* cronista mór de França, sob cujo nome foi impressa a continuação da *Chronique Martinienne.*

Além disto existe uma obra escrita por aqueles tempos com o título de *Mirouer des Pécheurs et Pécheresses,* cujo autor é Frei *Jean Ducastel*, da ordem de S. Bento, o qual por muitos é considerado como sendo o filho mais velho de Cristina, que, a ser assim, teria vindo a terminar seus dias num convento como sua mãe e sua irmã. Alguns são de parecer que aquele Jean Ducastel não era filho, mas sim neto de Cristina. Em qualquer dos casos isto prova que o nome da família a que Cristina deu origem conservou, como é de uso, o apelido do seu chefe — *Ducastel.*

Mateus de Pisano poderá ter sido um dos irmãos de Cristina, que com ela viveram em França, e que mais tarde, por falta de recursos materiais da irmã, foram para Itália grangear a vida. É uma simples conjectura, mas com mais probabilidade talvez do que a formulada por Corrêa da Serra.

Mas há ainda mais e melhor. É certo que o filho mais velho de Cristina, o joven Ducastel, foi para Londres em 1397, levado por Salysbury, que se oferecera à mãe para o mandar educar com

(1) As indicações em seguida apresentadas relativamente à vida de Cristina de Pisano foram colhidas num interessante opúsculo publicado em Bordeus em 1844, como extracto das actas da Academia da mesma cidade, com o título de *Notice sur Christine de Pisano,* par M. A. Gautier. É um douto e valioso trabalho.

seus próprios filhos; mas tres anos depois ocorreu a violenta revolução que tirou o trono a Ricardo para o entregar a Henrique de Lencastre, e, embora êste houvesse tomado sob sua protecção a Ducastel, e apezar ainda de haver empregado sedutoras promessas para atrair Cristina para a sua côrte, ela tudo recusou; e fez mais: mandou voltar seu filho para França, por não querer contrair dívidas de gratidão para com um homem desleal. É ela que assim o escreve: — *Et ainsi refusai l'eschoite de icelle fortune* (os favores de Henrique) *pour moi et pour lui* (seu filho): *pour que je ne puis croire que fin de desloyal viengne à bon terme.*

De facto, segundo o autor citado, o joven Ducastel regressou a França e aí ficou em casa de Filipe, Duque de Borgonha, que, como generoso protector de Cristina, lhe tomou conta do filho.

E, sendo assim, aqui desaba o resto do edifício arquitectado por Correia da Serra.

Teremos, pois, de resignar-nos, ao menos por agora, a considerar como desconhecida a filiação e a naturalidade de mestre Mateus de Pisano, contentando-nos com saber, como já disse, que foi um letrado estrangeiro que viveu em Portugal, primeiro como preceptor e depois como secretário de D. Afonso V, junto do qual gozou certo valimento, tendo sido por êle encarregado de escrever em latim a Crónica de D. Pedro, que não sei que seja conhecida, e a da tomada de Ceuta, cuja tradução em vulgar agora pela primeira vez sái a lume.

ROBERTO CORRÊA PINTO.

# LIVRO

DA

# GUERRA DE CEUTA

COMEÇAM DE RELATAR-SE, NO TOCANTE A

# GUERRA DE CEUTA,

## OS FEITOS DO MUITO ILUSTRE REI

## D. JOÃO [I],

POSTOS EM ESCRITO PELO VENERANDO

*MATEUS DE PISANO,*

*mestre em artes e poeta laureado*

Aunns aprouve escrever os feitos dos Gregos, a outros os dos Romanos e ainda a outros os de vários outros povos, procurando cada um com as forças de seu engenho ilustrar ao mesmo tempo o seu e o alheio nome; como quem não quer consumir seus dias no torpor da ociosidade ou pela vida transitar ignorado, — o que só é próprio dos animais que não tem o dom da fala —. De iguais sentimentos impelido, a mim me apraz tambêm pôr em escrito feitos dos Portugueses, — feitos tamanhos que a custo os haverá por verdadeiros quem pretenda aferir-lhes a grandeza pelos recursos de que dispõe tal povo.

Ha cêrca de quarenta e cinco annos já que os Portugueses se andam batendo, em recontros quási diários, com os Mouros, gente astuta e terrivelmente aguerrida, sem que jamais os tenha quebrantado gravame de despesas, ou fadiga de trabalhos.

A estas lutas deu origem Ceuta, cidade muito florescente da Mauritania, que demora á mão direita de quem do oceano Atlantico segue navegando pelo mar Mediterrâneo. Á esquerda fica a Hespanha, que é onde começa a Europa, aquela das três partes do mundo a que Jupiter deu o nome da filha de Angenor, rei dos Fenícios, por êle raptada e que Europa se chamava.

A Mauritania é uma região da África, a mais avançada nest'outra parte do mundo, cujo nome provêm, em que pese aos que discordam, de um dos descendentes de Abrahão, chamado Afro. Tem a Mauritania agora por extrema, segundo dizem, o rio Mulucha, o mesmo que outrora

se sabe ter sido a divisoria entre os reinos de Bocho e de Jugurtha. Nela se ergue o promontório de Ampelusia, onde ha uma gruta a Hercules consagrada, e bem assim a vetustissima cidade de Tinge, que se diz fundada por Antheu, um dos filhos da terra, segundo os fabulosos cantos dos poetas, ao qual Hercules venceu em porfiada luta.

Ali se ergue também um monte, Abila chamado, fronteiro a outro de nome Calpe, que do lado oposto na Espanha se alevanta.

Foi aquela cidade, a de Ceuta, de que acima falamos, que D. João [I] de Portugal, por conselho de João Afonso e a instâncias de seus filhos D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique, resolveu ir conquistar, e nesta emprêsa armar a seus filhos cavaleiros.

Antes, porêm, de se ocupar de Ceuta, entendeu El-Rei que bom e justo seria tratar da paz com D. João II de Castela, que por ser muito criança, se encontrava ainda sob tutela de seu tio D. Fernando, diligenciando ao mesmo tempo tomar com êle parte na guerra de Granada.

Mandou por isso convocar os principais do seu reino e nestes termos lhes falou: — «Não desconheceis vós, cavaleiros, quam grandes trabalhos, «quer na paz quer na guerra, até agora com Castela temos passado, «especialmente no tempo de seu Rei D. João I; e que, se foi grande o «desbarate que em suas hostes fizemos, de muitos dos nossos tivemos «também de lamentar a perda. Se, pois, houvermos de entrar de novo «em guerra, deve ser de modo que se torne bem patente que nós, por «nossa parte, acima de tudo pretendiamos a paz; nem outro proceder «ficaria bem a um principe cristão. Ora, como da última guerra com «os Castelhanos restam ainda umas faúlas que, se de pronto se não «apagam, virão a produzir muito maiores calamidades, levado por escru«pulos de consciência, resolvi mandar uma embaixada ao Rei de Castela, «e assim verificar se êle não prefere viver em paz a viver em guerra «comnosco. Se o encontrar em disposições pacificas, muito me aprazerá, «se não, quanto mais brando e complacente ora me mostro em solicitar «a paz, tanto mais dura e implacavel será a guerra que de novo lhe fizer. «Entendo alêm disto, que, para casos que podem vir a dar-se, muito «nos interessa conhecer as disposições de animo do Rei de Castela — ».

Quando El-Rei acabou de falar, todos aprovaram com elogio o seu parecer, e logo êle, sem sair da sala do conselho, ali nomeou embaixadores a João Gomes da Silva, seu alferes, nas armas distinctissimo, a Martim Docem e Fernando Gonçalves Beliago, deão da Sé de Coimbra, — um dêles doutor em leis, outro em canones. Bem informados da missão que lhes era confiada, dirigiram-se êstes á corte do Rei de Castela, ao tempo freqùentada de numerosa gente de armas e com grande luzimento de outras vistosas galas; e, quando foram recebidos perante o conselho, ahi declaram que vinham em missão de impetrar a paz, — declara-

ção esta que o tutor do Rei e os outros grandes senhores receberam de mui alegre sombra e bem disposto animo, prometendo que em breve dariam sua resposta. E, de facto, passados poucos dias foram os embaixadores chamados para se tratar da paz. Era que tanto a mãe como o próprio tutor do Rei de Castela, cada um por sua parte, muito desejava que a paz se fizesse; — aquela por ser irmã de D. Filipa, Rainha de Portugal, e êste em razão das pretenções que tinha ao reino de Aragão; porquanto, se de novo se ateasse a guerra entre Castela e Portugal, seria êle que, como quem tinha sôbre si todo o encargo da defesa de Castela, haveria de tomar conta da direcção da mesma guerra, vindo assim a ser desviado do que era seu intento. Mas, se a paz, como dissemos, era do agrado dos Castelhanos, nem por isso deixou de haver mui grande discussão sôbre as condições em que devia ser feita. Exigiam os Castelhanos que os indemnizassem de todos os prejuizos que por mar e por terra lhes tinham causado os Portugueses, e os delegados dêstes sustentavam que com mais e maiores damnos tinham os seus sido provocados. Na acesa discussão interveiu o Deão de Compostela, varão de reconhecida prudencia, cujo nome ignoramos, o qual, fazendo ver que não poderia ali de pronto destrinçar-se o que cada um para si reclamava, acalmou a contenda propondo, com assentimento de todos, que pessoas de probidade e insuspeitas para ambas as partes procedessem a cuidadosas inquirições e mandassem dar indemnisação áqueles que mais e maiores damnos êles entendessem que tinham sofrido. Todos os assistentes aprovaram o parecer do Deão, acrescentando que nada havia mais proveitoso aos interesses e à segurança de uns e outros do que estarem em paz com um rei seu vizinho. Depois disto se firmou a paz entre os dois reis por cento e um annos, e se lavraram os respectivos instrumentos de validade, sob sagrado juramento prestado pelo tutor do Rei e pelos outros altos dignatários de Castela, acrescendo a isto que o próprio Rei, com ser de menor idade, poz tambêm o seu sêlo no contracto, porque não pudesse no futuro violar-se a paz jurada, mas fosse firme e fielmente mantida por todo o tempo ajustado. Acordaram tambêm em que partissem para Portugal embaixadores de Castela a fim de que, em sua presença, fosse feita a ratificação e o juramento da mesma paz.

Concluidas estas cousas, delas mandou cada um dos dois reis deitar pregão por seus castelos e cidades ao som de trombetas e com as outras costumadas manifestações de regosijo.

Mas, se D. João assim havia tratado de firmar a paz com Castela, não era que, apesar de já adeantado em anos, quizesse dar-se ao descanço, antes procurava ensejo de ir combater os infieis; e para isso se dirigiu ao Regente de Castela em carta do teor seguinte:

«Ilustre Principe, como tem sido e continúa sendo meu propósito

«guerrear os barbaros inimigos da religião christã, seria para mim «de grande aprazimento, que me quizesseis tomar por aliado na guerra «de Granada. É emprêsa sôbre a qual assentei em nada fazer sem con- «sentimento vosso, porque não desconheço que é ao vosso Rei que de «direito ela pertence. Se, pois, estais disposto a fazer-me o que peço, «dai-me a resposta a tempo de eu poder reunir e aviar uma fróta, «visto como só por mar posso ir à conquista de Granada. As terras de «que porventura venha a apossar-me, ao vosso Rei serão por mim entre- «gues, contanto que se me dê justa compensação nos termos de Por- «tugal».

Por muito que o pedido de D. João fosse consentâneo aos desejos do proprio Regente, êste, que tinha as atenções voltadas para o trono de Aragão, resolvera pôr de lado tudo que pudesse desvia-lo daquele seu propósito, e por isso assim respondeu a D. João de Portugal:

— «Ilustrissimo Rei, de muito agrado para mim fôra ter-vos por «aliado na guerra contra Granada, mas, havendo deliberado partir para «o reino de Aragão, tive por isso de estabelecer tréguas por determinado «tempo com Granada, e é para mim ainda duvidoso se, findo aquele «tempo, em razão do que tenho em mente realizar, eu poderei logo «recomeçar a guerra; por isso vos peço que não me inculpeis se não «posso corresponder condignamente ao vosso pedido».

Vendo D. João assim baldados seus desejos com respeito á guerra de Granada, voltou então suas atenções para o noviciado militar dos filhos, e, carecendo para isto de ouvir conselho de alguem, mandou chamar o muito avisado João Afonso de Alemquer, — nome, êste último, de uma vila a cerca de vinte milhas (1) de Lisboa — e assim lhe falou:

— «Bem sabeis quantos filhos Deus me deu, e que três dêles estão «entrados já na puberdade». — Tinha El-Rei de seu matrimónio cinco filhos, D. Duarte, D. Pedro, D. Henrique e D. Fernando e uma filha D. Isabel, e alêm dêstes um filho bastardo, D. Afonso, Conde de Barcelos. — «Ora, os que atingiram aquela idade tem ardente desejo de ser «investidos nas honras de cavalaria, e com instância me pedem que para «isto lhes dê ocasião de fazer armas, o que por agora não posso reali- «zar, a não ser que queira faze-los embarcar para a África a fim de se «exercitarem na guerra de corso. Pensando nisto a sós comigo, entendi «dever mandar celebrar torneios diários durante um ano inteiro, e para «êles convidar fidalgos e gentis-homens das nações estrangeiras, proven-

(1) Aqui, como em todo o resto da obra, emprega Pisano como unidade de medida itinerária o *mille passuum*, milhar de passos, a *milha* dos antigos Romanos. Não parece, porêm, que lhe haja atribuido seu verdadeiro valor ($1184^{m},7$), mas outro maior, como pudemos verificar, que anda por $2^{k}$, — aproximadamente o valor da antiga *milha* portuguêsa, ou terça parte da legua. Foi esta a razão que, acrescendo à da simplicidade, nos levou a traduzir sempre o *mille passuum* pela palavra *milha* (N. do T.).

«do-os largamente á chegada de tudo que necessitarem, distribuindo-lhes «á despedida valiosissimos presentes, e por êste meio dar a meus filhos a «investidura nas honras de cavalaria. E como, para efectuar cousa de «tal importância, é preciso dispôr de quantioso dinheiro, quero que vós «vos encarregueis de o obter e de m'o guardar».

João Afonso, entrado assim no conhecimento dos designios de El-Rei, diz:

— «A mim me parece, Senhor, que inutilmente quereis meter-vos em «coisas de tanta monta. Pensando bem, vereis claramente que de tanto «dinheiro consumido não virá para vós nem honra nem glória. A lem- «brança do que se passa em folias e banquetes esvai-se logo depois de «saciado o apetite. Assim, pois, o que intentais fazer nem traz proveito «ao serviço de Deus, nem honra ao vosso trono. Aos filhos de mer- «cadores, deixai-os receber a investidura nas armas em meio de festins; «os filhos de reis, êstes, é passando fome e sêde, aos ardores do sol e «aos rigores do inverno, que devem procurar obter honras de cavalaria».

A isto retorquiu D. João: — «Deve ser como dizeis, concordo, mas «não sei como assim possa fazer-se».

E logo João Afonso lhe ponderou: — «Se tal é, Senhor, vosso «desejo, não vos faltarão meios de o realizar. Não tendes ali Ceuta, a «mais florescente cidade da Mauritania, a tão curta distância da Hespa- «nha? Se assim vos apraz, Senhor, reuni e aprestai uma fróta, investi «com a cidade, e aí, sim, nessa investida fazei condignamente de vossos «filhos cavaleiros vossos. Ainda há pouco me voltou de Ceuta com uns «cativos, que resgatei, certo homem a meu serviço, que me informou «da situação da cidade por êle muito bem observada. É ela, segundo «disse, muitissimo alongada e banhada do mar quási a toda a volta, «tendo assim a aparência de uma ilha. Só por uma parte, e muito «pequena, do lado do ocidente, tem acesso por terra. Disse mais que «a cidade é rica e populosa, e que tem quatro portas principaes, uma «ao oriente, outra ao ocidente, a terceira ao sul e a quarta ao norte».

El-Rei, sem dar mostras de interessar-se pelo que João Afonso lhe dizia, despediu-o da sua camara.

Algum tempo depois aconteceu acharem-se reunidos os três Infantes em conferência, na qual, é de notar, respeitavam as preeminências da idade, apesar de parecerem todos ter a mesma, — que, de facto, D. Duarte pouco mais velho era que D. Pedro, e êste pouco mais que D. Henrique —; e ali, com o conhecimento que haviam tido das intenções de El-Rei, deliberaram êles deixar as terras da patria, indo pelo mundo em busca de outros lugares onde ganhassem as honras da cavalaria.

João Afonso, que os viu assim conferenciando juntos, chegou-se aos Infantes e perguntou-lhes de que estavam tratando. A principio tentaram dissimular, mas acabaram por declarar o assunto que discutiam.

João Afonso lhes diz então: — «Não vejo razão nenhuma por que «hajais de ir para qualquer outra parte de preferência a Ceuta. Pre-«suadi El-Rei a que prepare uma fróta e com ela vá contra aquela «cidade, levando-vos em sua companhia, e ali podereis Vós com honra «bastante ser armados cavaleiros.

Ouvido isto, foram juntos os três irmãos ter com El-Rei, e começaram a procurar resolvê-lo a que, com uma armada que preparasse, se dirigisse a Ceuta e ali os armasse cavaleiros. — Pois antes queriam, diziam êles, submeter-se aos azares da fortuna, passar trabalhos e arrostar perigos do que receber honras de cavalaria em festins, que amolentam o vigor do animo e afrouxam a disciplina militar.

Nenhuma resposta deu a isto El-Rei, apenas se sorriu, procurando assim não aumentar ou agravar as preocupações dos filhos e ganhar tempo para ponderar se tão grande empreendimento poderia ser levado a bom termo, por isso que considerava mais próprio de principe avisado deixar de abalançar-se a empresas, do que não as levar a cabo depois de iniciadas.

Retiraram-se os infantes desgostosos com o silêncio de El-Rei, e, passados poucos dias, voltam a ter com êle e assim lhe falam: — «Muitas «são as razões que devem mover-vos á tomada de Ceuta. Uma é o «serviço que prestais a Deus; — e nós bem sabemos que, se tanto dese-«jastes a paz com Castela, foi não só por que assim era justo, mas «para poderdes, em defesa da fé, combater os inimigos da mesma fé, «e, a exemplo dos Reis da Espanha, de quem vindes, contra as gentes «da Africa empregardes vossas armas. — Que é, pois, que ora vos detem «e entibia na tomada de Ceuta? Se tantas vezes tendes entrado em «luta, e não sem risco próprio, por defenderdes de inimigos o reino «que é vosso, comquanto maior zêlo e valor de animo deveis pegar em «armas e sofrer trabalhos por defender o reino que é de Deus, tendo «em mais que a vida a morte com glória? Cousas de grande valia só «por alto preço se podem alcançar. Ora, com esta expedição, ao mesmo «tempo que prestais serviço a Deus, podereis com honra armar-nos «cavaleiros. De resto, o que estais disposto a despender em festins «e outras cousas inuteis deve de chegar para reunir e aviar uma «fróta».

D. João ao acabar de ouvir taes palavras a seus filhos, embora fossem conformes a seus desejos, deu ao rosto a expressão de quem muito pouco delas se aprazia; e isto fazia êle com o fim de apreciar a constância de seus animos e ver se, com efeito, se conservavam inabaláveis em sua deliberação. E como, quanto maior indiferença êle simulava, tanto mais sentia inflamar-se o ardor dos filhos, terminou por dizer-lhes que queria consultar homens do clero e inquirir com cuidado se o que êles lhe pediam viria a redundar em serviço de Deus. E logo mandou

chamar Frei João e outros doutores das sagradas letras, e, chegados à sua presença, lhes propoz habilmente a questão, fazendo-os compreender bem o que pretendia, mas sem que soubessem para onde se dispunha a partir; e determinou ao mesmo tempo que observassem fielmente o que lhe tinham ouvido, discutissem bem o caso e em tempo oportuno voltassem com sua resposta.

Retiraram-se os do clero, cada qual ao seu mosteiro, começando de meditar e discutir comsigo mesmo o que lhes tinha sido dito; e, tendo-se por fim reunido todos e acordado sobre o assunto, foram de novo ter com El-Rei. Este, porem, determinou que da resposta que traziam se tratasse, quando seus filhos fossem presentes, e só quando o foram, aqueles receberam ordem de falar, e assim disseram:

— «O Sumo Pontífice, com toda a sua autoridade, há por legítima a «guerra de príncipe cristão contra infieis, porque estes estão usurpando o «património de Cristo e hostilmente perseguem os cristãos; mas, com «ser verdade isto que dizemos, para o caso presente, bastará considerar «os gloriosos feitos dos Principes das Espanhas, que, com grande der«ramamento do proprio sangue, sujeitaram ao seu domínio a terra «em que vivemos, tendo dela expulsado os mouros. De um deles «Dom Ramiro, sabemos nós que, apenas com um punhado de homens, «desbaratou uma quasi inúmera multidão de infieis, que em grande parte «a seus golpes sucumbiram; sendo que, quando ele invocava o apóstolo «S. Tiago, êste lhe apareceu animando-o para o combate, porque não «se deixasse assoberbar pelo número dos inimigos, que era enorme; e «foi em razão disto que cada uma das terras que ao tempo estavam em «poder dos cristãos ficou pagando anualmente um certo tributo [o «vôdo] (1). Sabemos tambem que o rei D. Afonso de Castela alcançou «sôbre o rei de Marrocos assinalada vitória no lugar vulgarmente «conhecido pelo nome de Navas de Tolosa, porque um anjo lhe mostrou «através de selvático e ínvio monte um caminho, que nunca dantes fôra «visto, nem mais o tornou a ser. Sabemos que o rei D. Fernando [de «Castela] (2) arrancou ao poder dos mouros que a ocupavam, a quási «inexpugnavel cidade de Coimbra, banhada pelo rio Mondego, que com «suas inundações de inverno alaga os vastos campos marginais tomando «o aspecto de verdadeiro mar; e que, além desta, outras cidades de Cas«tela submeteu ao seu domínio, livrando-as das garras dos infieis. Nin«guem ignora que D. Afonso, o primeiro rei de Portugal, que, se não

(1) Refere-se aos *vodos de S. Tiago,* uma porção de trigo com que as terras de Espanha contribuiam por *voto* que se dizia feito na ocasião da lendária vitória de Clavigo, alcançada por D. Ramiro *(N. do T.).*

(2) Ferdinandum *Portugaliae* regem, diz o texto impresso, com êrro manifesto *(N. do T.).*

«excedeu, por certo igualou os grandes generais romanos, derramou «muito do seu sangue em dilatar os domínios da fé, libertando do acer- «bissimo jugo dos infieis grande parte das terras do seu reino, e entre «estas nomeadamente a cidade de Lisboa, situada na foz do rio Tejo, que «gera em suas águas ouro e pedraria; e outrosim que logo depois venceu e «derrotou num só recontro cinco reis mouros nos campos de Ourique (1), «— que se dilatam por inúmeras e verdejantes colinas e vales muito pró- «prios para gado —; sendo de tal feito que provêm aqueles cinco besan- «tes que Portugal usa no real escudo (2). Dêstes milagrosos feitos de «outros reis podeis Vós tirar ensinamento de como é grande serviço a «Deus combater bárbaros. É portanto fóra de dúvida que vos é lícito «fazer guerra às gentes da África, se para glória de Deus a fizerdes. «Da nossa intenção provêm o mérito ou demérito de tudo que fazemos».

Aqui terminaram sua fala, e D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique que, como dissemos, estavam presentes, entenderam que El-Rei tinha aceitado por boas tais razões, e não hesitaria mais em realizar o que eles desejavam; por isso, pedindo licença, retirou cada um para sua morada.

Logo passados alguns dias, mandou El-Rei chamar seus filhos e assim lhes falou: — «A duas cousas tem um principe prudente de atender antes «de iniciar qualquer empresa: — a primeira, se o que intenta realizar pode «empreender-se sem ofensa da justiça; — a segunda, se cabe em suas «forças levá-lo a bom termo. Até agora só está bem averiguado que «podemos fazer guerra às gentes da Africa sem irmos de encontro aos «princípios de justiça, mas a que possamos levá-la a cabo muitas razões «há que opôr, sendo a principal a falta do dinheiro necessário para realizar «cousa de tanta monta; pois, se eu o fôr extorquir ao povo, não sei «como possa servir a Deus com lagrimas e soluços de pobres.

«Não esqueço tambêm que é longa a distância a que estamos de Ceuta, «e que a cidade é muito extensa e populosa; e assim vejo que, para lhe «pôrmos cêrco que a envolva toda, alêm da gente nossa carecemos de «grande número de estrangeiros, e que para o transporte de tamanho «exército é preciso ter navios preparados em tanta quantidade, que não «se vê facilmente onde possam ir buscar-se. Mas, supondo que tudo

(1) In *Cuneo* campo, diz o texto, — reminiscência clássica do *Ager Cuneus,* que, como é sabido, designava um tracto de terreno ao sul da Lusitânia, em forma de *cunha,* — um triângulo, com um dos vértices no Pr. Sacrum, e o lado oposto ao longo do rio Anas, e no qual se compreendiam os campos de Ourique.

(2) *Nota do texto impresso:* — Parece que o nosso autor ignorava as prodigiosas circunstâncias desta vitória, das quais julga-se que devemos a primeira notícia a Vasco Fernandes de Lucena vinte e cinco anos depois dêste livro estar escrito. Ainda no tempo de Duarte Galvão, causaram elas novidade a quási todos os Portugueses, como êste autor confessa na sua Crónica.

«isto está ao nosso alcance, quem poderá garantir-nos que, estando «nós envolvidos em guerra na Mauritânia, não venham os Castelhanos, «impelidos pela cubiça de nossos domínios, tentar se podem assenho- «rear-se deles? Concedamos ainda que Castela se mantem fiel a seus «tratados e que nós viremos a conquistar Ceuta, — que vantagens nos «virão dahi? Algumas que porventura possamos obter hão de redundar «em proveito dos Castelhanos, que mais facilmente poderão depois con- «quistar Granada e assim dilatar seus domínios. Ora, quanto mais cres- «cer o poder de Castela, tanto maior será a relativa pequenez de «Portugal.

«Penso mais em que, se tomarmos Ceuta, muito difícil, se não im- «possivel será conservar-lhe a posse no meio de tantos milhares de afri- «canos; pois bem sabido é que todos naturalmente se empenham em «reaver o que é seu, e tem vontade de repelir agravos; e em tal «caso maior do que a glória de termos tomado Ceuta, seria para nós a «deshonra de perde-la depois de tomada».

Tendo El-Rei terminado a sua fala os infantes responderam:

— «É muito próprio, concordamos, de principe prudente procurar ver «de antemão quantos empeços se lhe possam deparar, mas não dá me- «nor prova de avisado o que acha meio de os remover. Se, pois, nos «derdes tempo, talvez nós consigamos desfazer tudo quanto desta expe- «dição vos está desviando».

Concedeu-lhes El-Rei a dilação que pediram, e os infantes se retiraram preocupados, e não sem que o desejo da expedição, que os atormentava, lhes sugerisse a suspeita de que era em razão do pêso da idade que El-Rei se arreceava da empresa, sendo por isso que apresentava tais excusas. E todavia o desejo de El-Rei era o mesmo e não menos ardente que o dos filhos, mas queria proceder com a circunspecção que competia à sua autoridade, e como quem por larga experiência conhecia que as guerras se compõem de perigos e trabalhos, e que por isso com muita prudência tem de ser empreendidas, porque não venha por fim o arrependimento de se haverem começado.

Reuniram-se os Infantes a miude para apreciar as dúvidas apresentadas por El-Rei, e entre si discutiram os meios de resolve-las; até que, depois de tudo bem ponderado, voltando a ter com El-Rei lhe disseram: — que a falta de dinheiro, que alegava, facilmente podia ser suprida reunindo, para mandar amoedar, boa porção de cobre e prata em barra, que depressa se obteria fazendo por cobre e prata o escambo das mercadorias do reino com os comerciantes estrangeiros; — que podiam também cercear-se muitas despesas inuteis, e diminuir em parte as liberalidades que El-Rei tinha todos os anos com seus acontiados, revertendo tudo em proveito da armada. A isto accrescentaram: — que muito menos recursos tinha elle nas passadas guerras, e que nada lhe faltara então

para as fazer, como tambem lhe não faltaria agora que se tratava do serviço de Deus; — que não lhe escacearíam navios para transportar o exercito, nem gente de armas para o cêrco completo da cidade; — que não era tambêm de recear para Portugal uma invasão da parte dos Castelhanos depois dos tão solenes juramentos de paz, tanto mais que o tutor do seu Rei tinha voltados para o trono de Aragão todos os seus pensamentos e cuidados; — que não devia demover El-Rei de tão santa empresa, a ideia de que à tomada de Ceuta viesse a seguir-se a queda de Granada sob o domínio de Castela, porquanto, se tal facto se desse, dele adviria maior proveito para a religião de Cristo do que prejuizo para Portugal, e um principe que é justo deve a um bem menor preferir outro maior; — que, por último, Deus não havia de permitir que voltasse a ser cativa de infieis cidade em que uma vez houvesse sido consagrado seu santíssimo corpo.

Depois disto El-Rei aprovou o dizer dos filhos e assentou em ir à conquista de Ceuta.

Eram os Infantes assinalados, mais do que à sua idade competia, por sumas virtudes e muito saber. Em poucas palavras deixarei consignadas as feições morais dos tres, D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique. D. Duarte, primogénito, se bem que exornado de muitos dotes de espírito, foi todavia no lutar, no jogar das armas e no cavalgar, o que tudo diz respeito à arte da guerra, que ele se avantajou a todos do seu tempo nas Espanhas.

D. Pedro, nascido em segundo lugar, foi desde a infância muito dedicado ao estudo das sagradas letras e das outras boas artes, e tanto, ainda em moço, se distinguiu por seu espírito de justiça, por sua liberalidade, comedimento e valor, que atraia sôbre si as vistas de todos, dando esperança de vir a ser um grande príncipe. E que não eram vãs suas promessas, bem o comprovou êle com sua vida e costumes.

D. Henrique, o mais moço, distinguiu-se por tamanha energia de vontade que trabalhou cêrca de trinta anos em descobrir o que a natureza tinha furtado à vista de homens ocultando-o nas mais remotas paragens do mundo, para as quais antes dele ninguem achára caminho. Para todos se mostrava afável, era muito dado a exercícios venatórios, e curioso de conhecer os processos de ataque de cidades e castelos, costumando ouvir com agrado os homens versados em assuntos militares.

D. João logo que resolveu passar a Ceuta, tratou com toda a diligência de obter informações sôbre a situação da cidade e do seu acesso por mar.

Com êste intento mandou aprestar duas galés à maravilha ataviadas

para levarem uma embaixada que ia mandar à Rainha da Sicília, e escolheu para seus embaixadores Alvaro Gonçalo Camelo, Prior do Hospital de S. João de Jerusalem, e Afonso Furtado de Mendonça, a quem entregou o comando das galés. E, como ao entrarem no mar Mediterrâneo, tinham de passar a pouca distância de Ceuta, ordenou-lhes que procurassem pretexto para lá se demorar alguns dias, — tanto mais que tal demora se não tornaria suspeita aos mouros por ser costume afluirem ali navios de diversas nações —, e que medissem à vista a altura das muralhas, que eram duplas para o lado do continente, e explorassem tambêm cuidadosamente as disposições da costa e do mar. Ia a embaixada com o fim de pedir a mão da Rainha da Sicília para o Infante D. Pedro.

Concluidos os preparativos, partiram de Lisboa os embaixadores e foram aportar a Ceuta, e ahi obtiveram de Salabensala, que tinha então o govêrno da cidade, permissão de nela haverem refresco. E porque eram embaixadores, titulo que para todos os povos foi sempre de respeito e inviolabilidade, foi lhes permitido que saissem em terra a comprar o que quizessem. Os embaixadores percorreram a cidade toda como se andassem gosando as suas belesas, e tudo foram cuidadosamente examinando, já no que dizia respeito à sua grandeza e população, já quanto ao local da praia onde com mais rapidez e segurança pudesse efectuar-se um desembarque. Ali se demoraram quatro dias, e depois com vento de feição, se fizeram de vela para a Sicília. Chegados aqui à Rainha deram conta da sua embaixada, e ela lhes respondeu mui simplesmente — que era com D. Duarte que pretendera casar, e, pois ele resolvera celebrar com outra suas núpcias, a ela lhe não aprazia contrair esponsais com outro.

Com esta resposta voltaram os embaixadores para Portugal indo ter com El-Rei, que então estava em Cintra, a cêrca de quinze milhas de Lisboa, lugar muito próprio para passar a estação calmosa a abrigo dos ardores do sol e inclemências do tempo; e perante o Conselho deram conhecimento da resposta que a embaixada recebera. Poucos dias decorridos os mandou D. João chamar e dirigindo-se a Afonso [Furtado], a quem confiára o comando das galés, lhe ordenou que referisse o que conseguira saber a respeito de Ceuta; ao que se diz que este respondera não saber senão isto: — que se El-Rei fôsse contra Ceuta, Ceuta cairia sob o seu poder. — Admirou-se El-Rei de que em nada ele houvesse respondido ao que lhe perguntára, e de novo lhe ordenou que falasse, tendo, segundo se diz, obtido a mesma resposta. Perguntou-lhe então El-Rei qual o fundamento do que dizia e ele respondeu: — «El-Rei «D. Pedro mandou meu pai em uma embaixada ao Rei de Aragão, e, «conquanto eu fôsse então muito moço ainda, levou-me comsigo a fim «de eu vêr novas terras e conhecer os costumes de outros povos. Nave-

«gavamos nós com brando vento, quando de súbito se ergueu tal tor-«menta, que a gente da mareação, vendo que não podia seguir seu «rumo, foi aproar a um porto junto de uma cidade de África que se «chamava Cepta (1), e aí lançou ferro.

«Depois, com o fim de nos podermos abastecer do necessário, hou-«vemos licença do Senhor daquela terra para desembarcar, entrar na «cidade e ver interiormente o recinto de seus muros. Quando meu pai «entrava na cidade, eu, por matar a sêde, cheguei-me a um chafariz «que ali havia da banda de fora das muralhas, feito de pedra e cal e «com água muito límpida, aonde estava chegando muito gado para beber; «e, emquanto para tudo isto olhava atento, vi chegar ao chafariz, mon-«tado numa grande e formosa égua, um mouro de barbas brancas quási «a cobrir-lhe o peito, o qual reconhecendo-me estrangeiro, e vendo o «meu trajar de cristão, se dirigiu a um cativo castelhano que eu ali encon-«trara e com quem tinha conversado muito, a perguntar-lhe de que nação «eu era. O cativo referiu ao mouro tudo quanto de mim soubera, e «logo êste por intermédio do mesmo cativo me perguntou, quem era que «então governava em Portugal; ao que respondi que um rei de nome «Pedro. Ouvindo isto perguntou mais se êsse rei tinha filhos. Respondi «que tinha três e disse-lhe os nomes. Não contente ainda, quiz saber «se não tinha outro filho alem dos que nomeara; e eu disse que tinha «um de dois anos, que era bastardo e João se chamava. Então o mouro, «suspirando, baixou os olhos e silencioso os conservou por muito tempo «cravados no chão, mostrando o rosto coberto de tristeza; e, indo a reti-«rar-se, começou a chorar. Com ser criança nada deixei de notar, e quiz «saber a razão por que chorava. Ele, que de princípio se retraíra, cedendo «por fim às minhas instâncias, revelou a causa de seus pesares dizendo: «—Êsse filho bastardo de teu rei há de vir a alcançar o trono por favor «do povo, e tendo a sustentar terriveis lutas com seus vizinhos, das quais «sairá vitorioso, virá depois a ser o primeiro dos reis das Espanhas que «dominará em terras de África, com grande dano para seus habitantes. «E tempo há de vir em que os sucessores dele trarão seus cavalos «a beber neste chafariz que aí estás vendo. Já então eu estarei desli-«gado dêste corpo mortal, mas nem por isso deixo de ora sofrer com «as calamidades que vão cair sôbre os da minha raça.

«—Isto tudo, Senhor meu Rei, me disse o mouro banhado em lagrimas. «Tendo-se ele retirado e quando já ia um tanto longe, a seu respeito

(1) *Juxta oppidum quod Africa dicebatur*, diz erradamente o texto impresso. A cidade de que se trata é evidentemente Ceuta, e nem esta nem outra cidade teve o nome de África. O texto poderia ser assim corrigido: *juxta oppidum quod Cepta dicebatur*, e assim vai a tradução que, de resto, condiz com o que escreveu Zurara no cap. XVII da *Chr. da tomada de Cepta*.

«comecei com todo o interesse a interrogar o cativo, que me disse ser «ele pessoa de grande autoridade entre os seus. Ora, Vós bem sabeis «como as crianças guardam firme o que viram e ouviram; e assim é que «eu tenho desde então gravado na memória tudo quanto o mouro me «disse, esperando sempre pela realização daqueles factos, cujo princípio, «com o decorrer do tempo, já me foi dado ver. Foi até, sabei-o pois, «esta a razão principalissima por que me aprouve ficar a vosso serviço. «Sabei tambêm que desde que para Ceuta parti, entrei de pensar comigo «mesmo no que ao mouro tinha ouvido, e vim a convencer-me de que, se «fordes contra Ceuta, a haveis de tomar e submeter ao vosso domínio; «e é por isso que eu tenho por inutil gastar tempo no reconhecimento «daquela cidade».

Dito isto, de novo El-Rei lhe ordenou que dissesse o que em Ceuta observára, mas ele conservou-se silencioso.

Dirigiu-se então El-Rei ao Prior, de quem já falámos, e mandou que desse ele notícia do que vira em Ceuta; êste, porêm, declarou que nada poderia dizer sem que para ali lhe mandassem vir dois sacos de areia e dois alqueires de favas. Tomado de grande surpresa quedou-se El-Rei em silêncio por algum tempo, e voltando-se depois para os filhos, que estavam presentes, diz: — «Não logro perceber tais homens. Quem «não há de com razão achar estranho que pessoas havidas por todos «em tanta conta hajam proferido tais inépcias? Um veiu contar-me «as vãs ficções de um adivinho, o outro tem a fantasia de recorrer às «artes mágicas; e assim quási nem eu próprio sei porque os mandei a «Ceuta». Diz então o Prior: — «O que pedi, Senhor, é para vos poder «pôr as cousas diante dos olhos». — Persuadiram os Infantes El-Rei a que o deixasse proceder como lhe aprouvesse, e, trazidas as favas e a areia para a câmara real, o Prior, em frente do Rei e dos Infantes, começou de figurar com areia acamada os sete montes que havia junto da cidade, irmãos chamados pela semelhança que todos tinham, e de cujo número veiu o nome à cidade Representou em seguida, com a configuração que tinham, as duas muralhas do lado do continente, mostrando as torres onde as havia e à distância a que estavam umas das outras; e com as favas marcou depois as casas, na sua sucessão e agrupamentos, como se do alto fossem vistas, indicando alêm disto o ancoradouro mais adequado a efectuar-se o desembarque com relativa segurança e facilidade.

Tudo atentamente foi El-Rei observando, merecendo-lhe, porêm, maior interesse e cuidado o local de desembarque, — como quem sabia que ali, onde era preciso saltar dos navios para agua, firmar pé em terra e investir contra o inimigo, ali é que haviam de ser em maior número e de maior gravidade os perigos a afrontar.

Por tudo que assim o Prior fizera lhe foram dados os maiores louvores.

Antes, porêm, de pôr seu cuidado na organisação e aviamento da armada, tratou El-Rei de conhecer a opinião da Rainha; pois em tão alto conceito era havida pelo povo, que só o que ela aprovava era tido por bem feito. Resolveu também consultar o condestavel Nun'Alvares, varão mui prestante e venerável, que, até então, do que se estava tratando nenhum conhecimento houvera. Determinado isto, foram os infantes D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique, ter com a Rainha sua mãe a pedir-lhe, segundo as instruções de El-Rei, que o persuadisse a preparar uma fróta para ir contra Ceuta e ali os armar a eles cavaleiros. A isto respondeu a Rainha: — «Se bem que as mães, quási todas, antes queiram vêr «seus filhos nos lazerès do ócio, que nas lides da guerra, eu por mim «tenho muito outro pensar. Atendendo aos príncipes de quem vindes, «tenho para mim que nada vos é mais próprio do que fugir da ocio-«sidade, e consagrar-vos à profissão das armas, à qual, por servir a «Deus, se devem dedicar as almas generosas. De boa mente farei, pois, «o que desejais».

Falando mais tarde com El-Rei de tudo isto lhe deu ela conta, e muito lhe pediu que aos filhos fizesse a vontade. Prontamente anuiu El-Rei ao pedido da esposa, como quem dele se aprazia, e embora houvesse resolvido, como dissemos, consultar o Condestável, como pessoa de grande ponderação que era, houve por bem deixar isto para mais tarde, passando desde logo a ocupar-se da organisação e aprestamento da armada.

Começou El-Rei por mandar chamar Gonçalo Lourenço de Gomide, escrivão da puridade (1), e varão de singular prudência, a quem tudo revelou, encarregando-o de apurar quantas naus de combate havia nas tercenas de Lisboa e Porto, e bem assim de tratar de reparar as que existissem e de construir outras de novo. No tocante a remos e mais petrechos precisos para aviamento das naus, disse que os mandasse vir de Sevilha, onde os havia em abundância.

Feito isto, mandou D. João reunir em sua presença os mercadores

(1) No texto vem: deinde (Rex) *Gomesium* Laurentii, *somnuscam* consiliariumque suum arcessiri jussit. Em primeiro lugar, quanto ao nome, trata-se sem dúvida aqui do conhecido Gonçalo Lourenço de Gomide, e não de um qualquer Gomes Lourenço, como parece. O nome de Gomide ocorre no texto de Pisano com mais duas variantes: *Gomesius* Laurentii de Gomide, quando figura entre os nobres que seguiram na frota para Ceuta, e *Gundisalvus* Laurentii quando ali foi armado cavaleiro.

Pelo que respeita à qualidade de *somnusca,* com que aqui é apresentado o mesmo Gomide, na impossibilidade de achar tradução para tal palavra, que é ignorada de Du Cange, e que nos não fornece pela análise de seus elementos sentido aproveitavel, resolvemos adoptar a designação consagrada de *escrivão da puridade,* que é o que era Gomide, suprimindo ainda o título de *consiliarius* (conselheiro?) que aqui vem apenso ao de *somnusca.*

estrangeiros, e com êles ajustou que, em troca da prata e cobre que fizessem entrar em Portugal, receberiam as mercadorias do reino; e com tal ajuste conseguiu obter bastante daqueles metais para amoedar.

Os mercadores, em vista de tão grande quantidade de matéria prima empregada em cunhar dinheiro e da presteza com que se estava preparando uma fróta, como sabiam que os Portugueses com nenhum outro povo senão com o de Castela tinham até então andado em guerra acesa, suspeitaram que D. João formára o projecto de ir com aquela armada á conquista de Sevilha, — a mais rica cidade da Andaluzia; e, em razão disto, davam em suas cartas aos mercadores que ali residiam, notícias do que se passava em Portugal, communicando-lhes também as suspeitas que tinham.

Divulgadas tais noticias, pôs-se a cidade toda em alvoroço, dispondo-se a tratar dos trabalhos de sua defesa; mas o Adeantado de Caçorla, assim chamado vulgarmente, tendo reunido em conselho os principais da cidade disse-lhes: — «Não vejo motivo nenhum por que hajais de «fazer tão importantes alterações na cidade, antes de consultardes a «mãe e o tutor de El-Rei. São êles que hão de determinar o que em tal «caso tendes a fazer».

Aprovaram todos unanimes o parecer do Adeantado e mandaram uma carta à Rainha e ao tutor do Rei cuja súmula era esta: — «Sere-«níssima Rainha, e Ilustre tutor de El-Rei. Os mercadores residentes em «Portugal escreveram aos estrangeiros que entre nós exercem seu comér-«cio, umas cartas, em que lhes dão notícia de uma grande fróta que «D. João de Portugal está aparelhando, e acrescentam que, pelo que «podem conjecturar, ela se destina à conquista da nossa cidade; sendo «por isso que, em seu interêsse, lhes davam aviso, a fim de que se «precatassem contra os perigos que os ameaçavam. E como nós, no «tocante à defesa desta cidade, temos como cousa assente nada fazer «sem vossa autorização, dignai-vos olhar por nós em tal conjuntura e «ordenar o que temos a fazer».

Recebida esta carta, a Rainha e o tutor do Rei, tendo reunido os de seu Conselho, trataram de discutir o assunto, terminando por nomear o bispo de Mondanhedo, João, de nome, e Dias Sanches, varão prestante nas armas, como delegados seus perante D. João de Portugal para a ratificação do tratado de paz. O verdadeiro objecto, porêm, da sua missão era sondar o ânimo do Rei, a fim de ver se acaso teria em mente romper a paz tratada.

Soube El-Rei da vinda dos embaixadores antes da sua entrada em Portugal, e mandou logo um seu escudeiro para a fronteira, levando ordem para que, desde que os embaixadores entrassem no reino, saissem a recebê-los os cavaleiros de cada uma das terras por onde êles passassem, ficando o mesmo escudeiro encarregado de fazer que fôssem larga

e gratuitamente providos de mantimentos e tudo mais que necessitassem, mandando satisfazer a importância toda pelos vedores de sua real fazenda.

Assim dispôs El-Rei as cousas, e, quando os embaixadores chegaram a Lisboa, bizarramente os recebeu, tendo mandado a seu encontro os principais da nobresa, e dando-lhes, sem demora e da melhor vontade, uma audiência, na qual, depois de declarado o fim da embaixada, lialmente ratificou a paz nas condições em que fôra contratada.

Por último, tendo falecido um dos embaixadores, fez-lhe prestar as devidas honras fúnebres, sendo o seu corpo trasladado para Castela. O outro embaixador, o Bispo, voltou para junto do seu Rei tendo sido cumulado de magníficos presentes.

Depois disto partiu D. João para Santarêm, a cêrca de quarenta milhas de Lisboa, e ali mandou reunir D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique e lhes deu ordem de se dirigirem para as bandas do Guadiana, rio que corre entre Portugal e Andaluzia.

Partiram os infantes caminhando juntos, a curtas jornadas e entretendo-se pelo caminho em caçar, de conformidade com as ordens de El-Rei.

Êste, passados alguns dias, dirigiu-se para Monte-mór [o Novo], — uma vila com seu castelo situada numa eminência —, a fim de consultar sôbre a expedição o Condestável, que estava então na vila de Arraiolos, a cêrca de trinta (1) e nove milhas de Monte-mór.

Depois de ali haver chegado, marcou El-Rei um dia para que seus filhos e o Condestável comparecessem a meio do caminho que liga as duas povoações, e ali, com a assistência dos filhos, informou o Condestável de tudo quanto se tratava. Este, dando graças ao sempiterno Deus e louvando muito os santos desígnios de El-Rei, instigou-o vivamente a que acelerasse a realização da empresa. Terminado isto, dali se retirou El-Rei com seus filhos, regressando o Condestável à sua morada. Os infantes, mais tarde, tendo deixado os reais paços, recolheram também ás terras onde viviam.

D. João, embora, como dissemos, houvesse encarregado Gonçalo Lourenço do que dizia respeito à reparação e construção de navios, logo que chegou a Santarêm, começou a dedicar-se sómente a quanto lhe parecia mais vantajoso para o aprestamento da fróta, que procurava activar o mais que podia, mas sem que houvesse interrompimento na cunhagem de moeda. E, tendo para isso mandado passar ordem a todos os carpinteiros e outros mesteirais do reino, para que fôssem imediatamente trabalhar na reparação, construção e armamento da fróta,

(1) No texto: triginta novem circiter milla passuum, com êrro manifesto de distância; talvez novem millia passuum.

com o cumprimento de sua real ordem, em breve conseguiu D. João ter navios, dinheiro e tudo mais em abastança.

O muito que de extraordinário havia em tais cousas, levava a conjecturas diversas tanto os naturais como os estrangeiros, afirmando uns que D. João ia partir contra Aragão, outros contra a feracíssima ilha da Sicília, e alguns ainda para outras partes do mundo; sendo certo, porêm, que ninguem acertou, excepto um judeu que tinha o nome de Judas Negro, o qual, como se tivesse a sciência dos augures, em quatro versículos fez o verdadeiro prognóstico a Martim Afonso.

No decorrer de tais acontecimentos em Portugal, veiu a chegar aos ouvidos de D. Fernando, senhor havia pouco do reino de Aragão, a notícia de que D. João, com a fróta que preparava, se propunha a ir acometer ou o próprio reino de Aragão ou a Sicília.

Sobresaltou-se com isto D. Fernando, tanto mais que um homem de Valença, por êle encarregado dos negócios daquela cidade, para dar mostras de fidelidade ao seu rei, embora à custa de uma mentira, — tanto a falsidade é ingénita em homens astuciosos! — maquinou dizer, como cousa sabida ao certo, que o Conde de Urgel, que era pretendente ao trono de Aragão, tinha escrito a D. João de Portugal dizendo que, se êste fôsse por mar sôbre Aragão, pondo-o em alvorôço com a chegada da sua fróta, facilmente êle, o Conde, poderia entrar na posse daquele reino, porquanto, segundo dizia, só por mêdo, a maior parte dele obedecia a D. Fernando; e acrescentando que, se D. João tentasse tal empresa, as duas filhas que o Conde tinha, as daria em casamento a dois dos filhos dêle, vindo o que casasse com a mais velha, a ser o futuro rei de Aragão, e o que com a segunda casasse, ficando o primeiro entre os grandes daquele reino, viria, por morte dêle, a suceder-lhe no condado.

Abalado por tais dizeres, mandou D. Fernando enviados seus a D. João, os quais, tendo chegado a Portugal e dando entrada na câmara de El-Rei, aí expuzeram, em presença dos nobres, o objecto da sua missão, dizendo:

— «Magnanimo Príncipe, El-Rei D. Fernando recebeu notícia de que «com a armada que estais preparando vos propondes ir sôbre Aragão «ou sôbre a Sicília. Se assim é, muito vos manda êle pedir que de tal «projecto desistais ou que, se nêle tendes a peito proseguir, lhe declareis «a vossa intenção, como bom Príncipe que, aberta e não furtivamente, vai «em demanda de uma vitória».

A êste breve discurso respondeu D. João que em nada procederia contra o Rei D. Fernando; antes, pelo contrário, o coadjuvaria, quando viesse a ser preciso. Com esta resposta voltaram os enviados para junto do seu Rei.

D. João, embora houvesse já resolvido, como dissemos, ir à conquista de Ceuta, entendeu que não era justo abalançar-se a tamanha empresa

sem a anuência dos seus, deliberando, por isso, declarar-lhes o que resolvera fazer; para o que determinou que se reunisse o Conselho na vila de Torres Vedras, a vinte e uma milhas de Lisboa.

Feita a convocação, e logo depois de cada nm haver tomado na sala do Conselho o lugar que lhe competia, começou El-Rei dizendo: — «Só «eu sei, ilustres cavaleiros, quanto tenho desejado a vinda dêste dia, «para poder dar-vos conhecimento de uma deliberação por mim tomada. «Não ignorais vós, por certo, com que fervor de piedade tem sempre «desejado servir a Deus a real família a que pertenço; e de mim sabeis «que, por ocasião da guerra com Castela, tendo-me oferecido o rei de «Granada grande porção de gente de armas, eu rejeitei-a, por julgar «indigno aceitar de inimigos da nossa fé auxílio contra cristãos. Mais «tarde, tendo êle solicitado de mim uma paz perpétua, recusei-lha tam«bêm, por entender que tal gente, de quem tanto divergimos na língua, «nos usos e costumes, e que está longe de possuir qualquer sentimento «de humanidade e de religião, não poderia manter-se por muito tempo «fiel ao seu dever.

«Sabeis também que, nas passadas guerras, se com o auxílio de Deus «desbaratámos o inimigo, nem por isso eu deixei de desejar a paz, acima «de tudo, e que a desejava não por cansado dos trabalhos da guerra, «mas por pezaroso do muito que de sangue cristão se tinha derramado. «E foi por conhecer êste meu sentir que Deus, para quem nada é oculto, «extinguiu as antigas dissensões entre Portugal e Castela, dissensões «como as que tantas vezes subvertem grandes estados. Êste apazi«guamento foi para mim de não menor agrado do que a vitória que «alcancei contra D. João I de Castela. Mas desde então comecei de «pensar comigo mesmo em perseguir à mão armada os inimigos da fé; «e para isso pedi a D. Fernando, actualmente rei de Aragão, e, ao tempo, «tutor do Rei de Castela, que como aliado me aceitasse na guerra a «empreender contra Granada. Como, porêm, êle tinha seu espírito vol«tado para o reino de Aragão, não lhe foi possivel aceder a meu desejo. «Bem presente ainda tinha eu isto na memória, quando, ao consultar um «varão de provada confiança a respeito do noviciado militar de meus «filhos, êle me disse: — Ide sôbre Ceuta, Senhor, meu Rei, e assim «podereis a Deus prestar serviço e a vossos filhos arma-los honradamente «cavaleiros. — Movido das palavras de tal varão e das instâncias de meus «filhos, determinei ir à conquista de Ceuta, cuja grandesa e população «tratei de indagar depois de informado de que da Europa, em que esta«mos, é apenas separada por estreito braço de mar. Da resolução que «assim tomei, houve por bem dar-vos hoje conta, a fim de que, com a «luz de vosso saber, tudo se possa encaminhar com maior prestesa e «acêrto». Aqui terminou El-Rei sua fala, e todos os nobres presentes louvaram muito seu pensar e neste sentido deram seus pareceres.

Depois disto D. João, sempre sob a aparência de que era para seus filhos e não para si que estava aprestando a armada, escreveu a todos os seus vassalos para que se preparassem, uns para seguir com seus filhos, outros para consigo ficarem defendendo o reino; acrescentando que, os que tinham de partir, lhe dissessem por escrito de quanta gente de armas cada um dispunha para seguir na fróta, e bem assim que viessem receber seus soldos e *contias* em Lisboa ou no Porto, cidade banhada pelo Douro, bem conhecido rio de Portugal.

O primeiro que, em vernaculo português, escreveu a crónica dêstes factos, por êle coligidos com sábio critério, e que foi, como é sabido, Gomes de Zurara, varão de muita bondade e saber, deixou escrito que, sem receio de engano, bem podia êle conjecturar como os Portugueses, logo que receberam estas cartas de El-Rei, correram pressurosos por cidades e vilas, à maneira de abelhas no fabrico do mel, uns per correger suas armas, outros por adquirí-las e ainda outros por tratar de vestuário: — tal é neste povo o desejo de servir a seu Rei!

Ora, porque um varão como aquele não fique sem louvores a que tem direito, eu lhos tributarei aqui, embora em poucas palavras.

Era êle já homem feito e de letras nada ainda tinha aprendido; mas ardia em tal desejo de saber, que em breve veiu a ser um bom gramático, notável astrólogo e grande cronista.

Tendo tido a seu cargo a biblioteca de D. Afonso V, habilmente a organizou e enriqueceu, pondo por ordem todos os documentos escritos do Reino, até então pasmosamente baralhados; e de tal modo nisto se houve, que de pronto se encontrava qualquer escrito de que carecesse El-Rei ou os outros grandes do Reino.

Tinha em sumo aprêço os homens eruditos, a quem tratava com extremos de carinhosa afeição, e aos quais facultava do melhor grado o servirem-se dos livros da real biblioteca, se ali apareciam para tal fim.

Tendo chegado até ao Rei de Granada os freqùentes boatos que a respeito da armada se iam levantando, entrou em suspeitas de que era contra êle próprio que a mesma armada se estava preparando. E não lhe faltavam para isso fundamentos, que bem sabia que D. João de Portugal se oferecera a D. Fernando como auxiliar na guerra contra Granada, e que lhe recusára a êle a paz que havia pedido. Apressou-se, em vista disto, a mandar a D. Fernando uns enviados seus, na esperança de assim lograr saber qual o destino da armada. Partiram êstes para Aragão e, logo que foram admitidos à presença de D. Fernando, disseram:

— «O Rei de Granada está com receios, por sua pessoa e reino, em «razão da armada que em Portugal se prepara, tanto mais que não vê

«contra quem possa D. João ter justo motivo de entrar em tais aprestos. «Por isso vos pede que por êle vos interesseis e façais ir uma embaixada «ao mesmo D. João a pedir que haja por bem garantir, por documento «escrito e selado, que Granada nada dele tem que recear».

A isto respondeu D. Fernando que lhe não parecia de justiça enviar tal mensagem, mòrmente a um Rei cristão; além de tudo mais, porque o reino de Granada lhe não pertencia, nem era de seu interesse pô-lo em segurança contra quem por terrà ou por mar se resolvesse a ir sôbre êle. A isto acrescentou que muito se admirava de que o Rei de Granada, que fazia escrever as suas cartas em rúbrica, representando o derramamento de sangue cristão, com a só notícia de uma armada se deixasse entrar de sustos, tanto mais que ainda não havia certeza sôbre o destino que ela deveria tomar; mas que, de resto, estivesse êle tranquilo, pelo que respeitava ao reino de Castela, emquanto durassem as tréguas ajustadas. Assim falou D. Fernando com ar de menosprezo pelo mouro.

Com tal resposta voltaram para Granada os enviados e ao seu rei deram notícia do que tinham ouvido; e logo êste se apressou a mandar delegados seus a D. João, os quais, admitidos perante o Conselho, assim falaram: — «Magnanimo Rei. O Rei de Granada nos manda a «dizer-vos que nunca entre os dois houve desavenças, pelas quais hajam «deixado os nossos mercadores de vir às vossas terras e os vossos de «ir às nossas tratando uns com outros de seus negócios, com vantagens «não pequenas, quer particulares para os vossos súbditos, quer tribu«tárias para vós; — que, além disso, pelos atractivos de vossas virtudes «vos teve sempre em grande estimação, do que tem dado provas com «mandar-vos muitos e valiosos presentes. Ora, como os nossos merca«dores tinham resolvido trazer para o vosso reino grande porção de uteis «mercadorias, e, ao terem notícia da armada que estais preparando, «não ousam cá metê-las sem que, por documento escrito e selado, lhes «deis garantias de segurança, El-Rei vos pede com encarecimento que «hajais por bem fazer que êles possam vir ao vosso reino, sem risco de «agravos».

Isto disseram os embaixadores, e D. João lhes respondeu que precisava algum tempo para deliberar.

Sairam os embaixadores do Conselho e, segundo as instruções que tinham recebido, foram ter com a Rainha, mulher de D. João, a quem da parte da Rainha de Granada expuzeram nos seguintes termos o objecto da sua missão: —

«Riccaforra, Rainha de Granada, que por sua autoridade e nobreza «está acima das outras mulheres do Rei, vos envia muito saudar e vos «pede que persuadais El-Rei vosso marido a que nos dê uma resposta «favoravel, pois ela bem sabe quanto valem as mulheres perante os ma«ridos, quando querem que êles façam cousa que se lhes peça. Em

«reconhecimento disto, promete ela mandar-vos valiosas e lindas prendas «de noivado para vossa filha».

Em vão, só com ser moura, tentava Ricaforra aliciar com dádivas o ânimo da Rainha, que, sendo Inglesa de nação, tinha naturalmente por odiosos a judeus e mouros; e por isso deu a seguinte resposta:

— «Eu, em verdade, não sei de que maneira as vossas Rainhas proce- «dem com seus maridos; cá entre nós reputa-se como cousa que não lhes «fica bem intrometerem-se nos negócios dos maridos, mórmente naqueles «que tem de ser tratados em conselho; e assim é que as mulheres dão «tanto maior prova de são juizo, quanto mais afastadas se conservam «de tais negócios. Pelo que respeita aos presentes que tão generosa- «mente me oferece, agradeço-lhos e aceito-lhe a boa intenção; mas dêles «poderá dispôr por fórma diversa e como lhe aprouver, porquanto, na «ocasião do noivado de minha filha, não lhe hão de faltar belas prendas «com que se adorne».

Foram depois, em terceiro lugar, falar os embaixadores com o infante D. Duarte, a quem prometeram grande porção de ouro, se, por favor e conselho seu, conseguissem levar a seu Rei resposta que fôsse de seu real agrado.

Respondeu-lhes D. Duarte em poucas palavras: — «Os Príncipes «Portugueses não sabem o que seja ter o ouro em maior aprêço do que «a honra ou deixar-se dominar pela cubiça; mas sabem apetecer sómente «o que ao seu bom nome e à sua dignidade melhor convenha».

Ia El-Rei adiando a resposta, que os embaixadores aguardavam sem queixume. Entretanto percorrendo a cidade de Lisboa e admirando a tamanha actividade em que estava, iam investigando com a maior diligência para onde era que a armada partiria. Apesar, porêm, de todo o seu zêlo e cuidado nas investigações, nada conseguiram saber ao certo: tais eram as reservas que nestas cousas se tinham!

Por fim D. João, tendo chamado os embaixadores, dêste modo lhes falou: — «Não vejo razão nenhuma por que os vossos mercadores não con- «tinuem a vir ao meu reino e os meus a ir ao vosso a tratar dos seus «negócios, como costumavam. Não é para ir sôbre Granada que estou «preparando uma fróta, mas para nela fazer seguir meus filhos, como «resolvi; e pois não há razão que obrigue a dar penhores de segurança, «nem a fazer modificações em qualquer cousa, tomei a deliberação de «não introduzir inovação alguma nas relações entre mim e o vosso Rèi».

Os mouros, ouvida a resposta de D. João, que assim lhes recusava o que haviam pedido, entraram-se da certesa de que a armada, que com tal pressa se preparava, não era senão para ir à conquista de Granada; e por isso voltaram a seu Rei em jornadas forçadas o mais possivel, a darem-lhe conhecimento da resposta que tinham obtido, e de tudo quanto tinham observado.

O Rei mouro fez expedir sem demora cartas a cada um dos adeantados das suas terras junto à costa, para que, com a máxima rapidez, abastecessem de munições os lugares fortificados e os guarnecessem de gente armada, visto como estava convencido de que seria por ali que a fróta faria a sua investida.

Com aumentarem-se as defensas no litoral de Granada, levantaram-se boatos, que freqùentemente chegavam aos ouvidos de D. João e o levaram a pensar em que, com muito maior facilidade, poderiam tais boatos chegar à Mauritânia, para onde tinham curto caminho. Em razão disto, e por dissipar nos ânimos dos Mouros qualquer suspeita que porventura houvessem concebido, lembrou-se de simular uma declaração de guerra ao Conde de Urgel, e escolheu para seu enviado perante êste a João Fogaça, com o qual, como bom conhecedor da lingua francesa, melhor se poderia realizar o que planeára. Depois de bem industriado por El-Rei do que tinha a fazer no desempenho da sua missão, partiu João Fogaça de Lisboa e, tendo chegado à Holanda, entregou suas cartas de crença ao Conde, por quem foi muito bem recebido. Sendo depois chamado perante êste a dar conta da sua missão, declarou que não podia expor o objecto dela senão em presença de todos os nobres do Conselho. A todos, em razão disto, escreveu o Conde a convocá-los para uma reunião. Entretanto João Fogaça dêle requereu uma audiência, na qual lhe fôsse permitido falar sem testemunhas. Concedido isto, revelou então o segrêdo do seu Rei e acrescentou:

—«Vêde, meu Senhor, quanto é importante o que meu Rei e Senhor «assim de vós confia».

De tudo que ouvira ficou o Conde muito agradado, e, passados alguns dias, foi João Fogaça levado à presença do Conselho, onde, com a assistência dos nobres, expoz ao Conde, em francês, o objecto de sua missão dizendo:

—«O muito poderoso Rei D. João de Portugal me envia a dizer-vos «que todos os dias lhe estão sendo apresentadas queixas de seus súbditos «por depredações e danos que sofrem de corsários vossos, tão encarni-«çados em perseguí-los com hostilidades, que não há nos mares do oci-«dente enseada ou porto que lhes sirva de abrigo ou de refúgio; e, embora «tenham muitas vezes reclamado de vós justiça, nunca conseguiram que «lhes fôsse feita. Por isso me manda a dizer-vos que uma das duas «cousas cumpre que façais: — ou mandar indemnizar os seus súbditos «por todos os danos sofridos, — ou preparar-vos para a guerra; sendo «resolução por êle tomada vir contra vós e vossas terras, para, a ferro e «fogo, conseguir justiça para os seus».

Ao acabar de ouvir tais cousas, o Conde fingindo-se irado contra quem as dissera, mandou-o logo sair da sala, como quem queria consultar os do Conselho sôbre a resposta a dar. A êstes diz em seguida que

havia, realmente, muitas razões para crer que se tratava de uma verdadeira declaração de guerra, pois era certo que os Holandeses tinham por aqueles tempos agravado muito os Portugueses com aprezamentos e outros danos; mas que ele não se arreceava do Rei de Portugal, nem dos outros Príncipes das Espanhas.

Os nobres que o cercavam, insistiam com o Conde para que usasse de termos brandos na resposta ao enviado de D. João, ponderando que era preciso atender a que se tratava de um rei com muita confiança na sua gente, que era muito aguerrida, e na sua fortuna, que sempre lhe fôra propícia; — que considerasse, sobretudo, que o mesmo rei deveria estar cheio de orgulho pela vitória que sôbre os castelhanos alcançára, porquanto, em casos tais, ainda os mais moderados soem deixar-se levar pelo vão sôpro da fortuna muito além do que fôra justo, sendo que a fútil glória lhes ofusca a luz do entendimento.

O Conde, continuando a fingir-se irado, dava mostras de em nada se mover com o arrazoado dos seus fidalgos, e, tendo mandado vir à sua presença a João Fogaça, disse-lhe: — «Confiado na boa fortuna que «o bafejou na batalha contra os castelhanos, El-Rei D. João deixou-se «entrar de arrogância desmedida, sem pensar no muito que a fortuna é «fugaz e inconstante, não podendo estar sujeita às ordens de ninguem. «Bem sabido é que são sem conta os que a mesma fortuna tem erguido «até aos astros para, por fim, os derrubar por terra, deturpando a glória «de que se orgulhavam e trasformando-a em luto e lágrimas. Teria dado «de certo melhor prova de sua prudência o vosso Rei, se considerasse que «o resultado de uma guerra é sempre duvidoso e que não morrem todos «de sob uma massa (1); que muitas vezes se tem visto ficarem vencidos os «que mais confiavam na vitória, e grandes multidões cederem perante um «reduzido número. Eu tambêm confio em que os meus homens de «guerra hão de saber expôr-se à morte, em defensa minha e de meu so«berano, com tanto denodo, como os dele o fazem por sua glória.

«E pois manda uma declaração de guerra sem razões de pêso, faço-lhe «saber que, em qualquer ocasião que venha, me encontrará pronto para «a luta». — Aqui terminou o Conde, e depois, pela calada da noite, mandou vir à sua presença João Fogaça e deu-lhe valiosos presentes bem como aos do seu séquito, enviando muito saudar a D. João de Portugal.

Voltou depois disto João Fogaça para junto do seu Rei, a quem deu conta de tudo que entre êle e o Conde se passára. Êste simulou, de facto, que se preparava para a guerra, mandando prover de viveres e guarnecer de gente todas as posições fortificadas que tinha junto do mar.

Foi entretanto a fama alargando o vôo, com exagêro da verdade

(1) São palavras de Zurara, que correspondem literalmente às de Pisano: *non omnes una clava extingui.*

como costuma; e, ao saber-se assim que D. João estava empenhado na obra colossal de tamanha fróta, com êle vieram ter alguns nobres varões de alheias terras com o fim de seguir em seu serviço na mesma fróta. Entre estes veiu um gentilhomem alemão, que todavia declarou que não se alistaria na armada sem que D. João lhe tivesse feito saber para onde ela se dirigia; e, tendo-lhe sido isto recusado, regressou às suas terras, não deixando, porêm, D. João de lhe dar magníficos presentes.

Já os navios que se iam aprontando se reuniam nos ancoradouros de Lisboa e do Porto, como fôra determinado, e neles tratavam activamente de acomodar suas cousas as gentes de armas que na armada haviam de partir, quando, não sei se por causas naturais, celestes ou terrestres, se por justo desígnio de Deus, começou de desenvolver-se uma terrivel peste, que gravemente flagelava aquelas duas cidades; mas nem por isso El-Rei, com a fôrça de ânimo de que era dotado, deixou de tratar das cousas necessárias para a expedição, antes tudo para ela ia dispondo, percorrendo para isso várias cidades e outros lugares.

D. Henrique, o mais novo dos infantes, de quem temos falado, veiu do Porto a Lisboa por falar a El-Rei, a quem deu conhecimento de tudo que tinha feito, e pediu que ordenasse o mais que tinha a fazer; e êle lhe respondeu que nada tinha a ordenar, senão que fizesse o que entendesse que devia ser feito, mas que lhe daria uma carta para que todos os que com êle houvessem de partir, lhe prestassem obediência como se a êle próprio fôsse. Voltou depois disto D. Henrique para o Porto sem demora e aí tratou com toda a diligência de levar a efeito tudo quanto lhe pareceu que havia a fazer.

Entretanto de várias partes vinham afluindo os homens de guerra que com D. Henrique tinham de partir, e entre êles veiu Aires Gonçalves (1) de Figueiredo, já nonagenário, com um trôço de gente por êle armada. D. Henrique, quando o viu ante si, tendo em consideração os longos anos que vivera e admirando-lhe a grandesa de ânimo, disse:

— «A vossa idade é mais para descanso, que para labutas de «guerra».

— «Longe de mim pensar em tal! — respondeu êle. — Emquanto neste «corpo houver um sôpro de vida, embora não conserve inteiras suas «fôrças, não deixarei eu nunca de acompanhar a meu Rei e meu Senhor, «para onde quer que vá».

E, como, ao tempo, já a outra parte, a maior da fróta, estivesse sôbre ancora no porto de Lisboa, para onde corre o Tejo, rio notabilissimo pelas pedras preciosas e pelo ouro de suas águas, D. Henrique, logo que o tempo lhe foi favoravel, levantou ferro ao seu navio e deu ordem para

(1) Egidius (Gil) diz o texto, Gonçalves diz Zurara. A confusão entre estes dois apelidos dá-se mais de uma vez.

que todos os mais seguissem na sua esteira. Eram êles, ao todo, sete galés triremes, seis biremes, vinte e cinco naus de carga e muitas outras embarcações, cujo número se não sabe ao certo. Navegando com brando vento, ao terceiro dia de viagem surgiu esta parte da fróta a cêrca de dez milhas da entrada do porto de Lisboa.

Então D. Pedro que (1)..... e dez dias viveu.

Por esta ocasião escreveu D. Duarte a D. Pedro e a D. Henrique dando-lhes notícia da doença da Rainha, e estes, logo que receberam as cartas, correram pressurosos de Lisboa para Sacavem (2). A Rainha, ao vêr os filhos junto de si, soltou um fundo suspiro de alívio e, reacendendo-se-lhe as fôrças do espírito, tomou nas mãos um pequeno fragmento do Santo Lenho, que há muito trazia comsigo guardado num relicário, partiu-o em tres pedaços e deu um a cada filho dizendo: — «Não ignorais «vós quam excelsa virtude tem o madeiro do qual, por nos salvar, Nosso «Senhor esteve pendente, onde quiz ser cravado com pregos e permitiu «que com uma lança lhe atravessassem o lado; trazei-o pois sempre «comvosco e com a maior devoção, para que nenhum mal possam cau«sar-vos os azares da fortuna». — Ditas estas palavras, beijaram os Infantes a mão da Rainha e receberam com o lenho do Senhor a benção de sua mãe, gravando no espírito as palavras que lhes ela dissera. Saidos da camara e reunidos os medicos, começaram a consulta-los sôbre a doença da Rainha, o que parecia desnecessário por se tratar de doença para que não havia medicamentos.

Voltou-se então D. Filipa para o Rei dizendo que, em sua presença, queria dar a cada filho uma espada com que fôsse armado cavaleiro, e que para isso mandara fazer tres guarnecidas de ouro, aljofares e pedras preciosas; ao que El-Rei respondeu com ar prazenteiro que lhe seria isto de muito agrado.

No dia seguinte mandou a Rainha chamar seus filhos e, em presença do Rei, tendo ela as espadas junto de si, apezar de atormentada pela violência do seu mal, tomou aquela muito santa mulher uma delas na mão e dirigindo-se ao filho mais velho, D. Duarte, disse:

— «Meu filho, Deus, que assim quiz que fosseis vós quem houvesse de «suceder no trono a vosso Pai, quer tambêm que governeis o reino com «justiça, sem a qual não poderia êle subsistir por longo tempo; porquanto, «assim como os edifícios, quando lhes abalam os alicerces, logo desabam, «e os navios se perdem, quebrado o leme, do mesmo modo os reinos

(1) *Nota do texto:* — Faltam neste lugar 48 regras.

(2) In *Sacavenum,* diz o texto. Segundo Zurara, a Rainha teve os primeiros rebates da doença em Sacavêm, mas partiu logo para Odivelas, onde chegou em boas disposições, e só depois se lhe agravou o mal de que veio a falecer. *Crónica de D. João,* cap. XXXI.

«que não são regidos com justiça fatalmente perecem. Recebei, pois, «esta espada, que fareis trazer sempre ante vossos olhos, lembrando-vos «que Deus vos creou para serdes rei, a fim de defenderdes vossos súbdi-«tos e não de os dominardes como escravos. Considerai que só vos é «lícito fazer o que as leis da bondade e da justiça vos permitirem, «segundo as quais, por não dar ardimento aos maus e criminosos, se «castigam seus delitos, mas sempre dentro da lei, e se defendem os fra-«cos contra os poderosos, distribuindo, pela mesma medida, a cada um «o que é seu». Proferidas estas palavras, D. Duarte, que recebera a «espada com sumo acatamento, prometeu cumprir, quanto em si cou-«besse, o que assim lhe fôra ordenado.

Tomou depois a Rainha a segunda espada e disse a D. Pedro:

— «A Vós entrego esta espada para com ela defenderdes, até onde «puderdes, as donzelas e viuvas, de cuja honra vos tendes sempre mos-«trado muito zeloso, a fim de que lhes seja tributado o respeito devido; «pois é dever de um Principe de ânimo cavaleiroso proteger e honrar «as mu lheres, a quem a natureza recusou bravuras de ânimo e deu «apoucadas fôrças de corpo».

Quando a Rainha acabou de falar, D. Pedro fez promessa de cumprir com diligência as ordens que recebêra.

Tomou ela em seguida a terceira espada, e, voltando-se para D. Henrique, estendeu o braço e entregou-lha, recomendando-lhe os fidalgos e cavaleiros e dizendo: — «Deveis sempre empenhar-vos em proteger aque-«les que, em defensão do reino, ao ferro e ao fogo expoem seus peitos, «não hesitando em preferir às doçuras da vida a morte com glória». D. Henrique, em seguida, posto de joelhos, fez ardentes promessas à Rainha de cumprir seus mandados.

Logo depois a Rainha, receosa pelo futuro, com instância aconselhou D. Pedro e D. Henrique a que respeitassem e amassem sempre a D. Duarte, que por morte do Pai viria a tomar conta do reino, reconhecendo êles de boa mente por Senhor e honrado sôbre todos aquele que a divina Providência primeiro fizera que viesse à luz; tanto mais que, sendo bondoso e justo, como êles próprios conheciam, delicada e brandamente exerceria o seu poder sôbre êles, tratando-os como companheiros e como amigos; porquanto os laços de sangue, mais fortes que todos os direitos de soberania, o haviam de tornar para com êles sempre brando e benigno, sendo certo que a sorte, a que estão sujeitos ainda os mais fortes e poderosos, bem podia tê-los deixado sob o poder de outrem que com aspereza e acrimonia os viesse a tratar.

E, depois de D. Pedro e D. Henrique lhe haverem agradecido os salutares conselhos que lhes dera e de prometerem que haviam de cumprir suas ordens, de novo ainda a Rainha insistiu em que conservassem entre si para o futuro a afeição que até aquele dia os trouxera unidos;

que se lembrassem de que tinham nascido do mesmo ventre e se tinham creado no mesmo berço, no mesmo leito, no mesmo quarto, e à mesma mesa; que dêste modo prosperariam sempre, e se assim não fizessem, seriam apontados com ignominia, vindo a ser êles próprios, a quem os outros não podem fazer mal, que uns aos outros se perderiam.

Então D. Pedro, que tinha uma irmã, da qual já falámos, a muito nobre infanta D. Izabel, já ao tempo mulher de perfeita idade, lembrado de que fôra a êle que as donas e donzelas haviam sido recomendadas pela Rainha, cuja doença se prolongava já por doze dias, e vendo-a proxima da morte, disse-lhe: — «Justo fôra, Senhora minha, que os «bens que em dote possuis os legasseis para sua mantença a vossa filha». Acudiu a Rainha prontamente dizendo que muito lhe aprazia; e logo, chamado El-Rei, e com sua aprovação, fez doação à filha das vilas, castelos e mais bens que possuia.

Chegára a doença aos treze dias, e a Rainha, depois de haver proferido muitas palavras de devoção e ter ponderado quanto é vã a glória dêste mundo, que a todos engana e como sombra fugidia se desfaz, qual se nunca tivesse existido, perguntou: — «Que vento é êste que tão «violento sopra e dá tão rijo embate nas paredes desta câmara?» — «É «o Aguião» — respondem os filhos. — «O vento, segundo creio, — retor- «quiu ela, — que é mais próprio para a vossa partida, que, sem falta, se «há de realizar no dia de S. Tiago». — Era daí a oito dias; e por muito que aos que a ouviam parecesse irrealisavel o que dizia, é certo que assim aconteceu, como se por inspiração divina o houvesse profetisado.

Dito isto, alçou os olhos ao ceu, e com um ar de sorriso e alegre expressão de rosto, exclamou: — «Graças, Senhora nossa, que vos dignas- «tes visitar esta vossa escrava antes de ela sair do seu cárcere». — Erguendo depois as mãos ao ceu e cruzando-as por último sôbre o peito, expirou.

Era pouco mais de meio dia; e foi então que o sol, embora custe a crêr, por lei natural ou por outro qualquer modo, entrou de eclipsar-se, e toldado se conservou cêrca de duas horas (1). E então no paço real,

(1) O eclipse do sol que Pisano assim faz coincidir em dia e hora com o falecimento de D. Filipa e ao qual tambêm Zurara se refere, mas como anterior a êste facto, deve ter ocorrido em sexta-feira 7 de junho de 1415, tendo sido total em Lisboa, numa faixa que atravessa Portugal, de Setubal para Portalegre, e parcial, mas muito sensível em todo o resto do país. Neste dia, em Lisboa, o sol nasceu às $4^h$ e $35^m$ vindo já parcialmente eclipsado e atingiu a fase máxima às $5^h$ e $16^m$. O fenómeno foi, como se vê, de importância bastante para ferir a atenção de todos e sobrexcitar a imaginação de muitos; assim se explicam as referências que lhe fizeram. Pisano, que terá sido poeta laureado, como se intitula, mas que de certo não foi um historiador, usou e abusou aqui, como em outras partes, da chamada liberdade poética. — Cumpre-me declarar que as indicações que aí ficam sôbre o falado eclipse são devidas à amabilidade do

até ali afundado em lúgubre silêncio, começa o reboar de prantos e lamentos, e o ulular de gritos plangentes de donas e donzelas; e à medida que a notícia da morte ia alastrando por castelos e cidades, todos sem distinção, homens e mulheres, invocando o nome da mui nobre e virtuosa Rainha, expandiam sua magua em lamentações, gemidos e lagrimas, largando cada um os trajos usuais para se vestir de luto.

Foi o cadaver da Rainha levado em seguida para o templo de Santa Maria da Vitória (1), que D. João mandára erguer no lugar em que batera e desbaratára os Castelhanos, e ali se celebraram pomposas exéquias.

D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique, que tinham a seu cargo tudo quanto dizia respeito à fróta, foram logo ter com El-Rei a Alhos-Vedros, aldeia marginal do Tejo a cêrca de nove milhas de Lisboa, para onde a conselho dos nobres êle se retirára, emquanto a Rainha se debatia em sofrimento por sair do seu mortal envoltório; e, depois das usuais palavras de consolação, compondo o rosto por não agravarem a tristeza de El-Rei, perguntaram-lhe que entendia êle que devia fazer-se no tocante à armada: se, no caso de querer proseguir na empresa, deviam continuar activando os trabalhos da expedição, ou, querendo adiá-la para mais tarde, se não conviria fazer voltar às suas terras os cavaleiros e mais gentes de armas, por diminuir a tamanha despesa em todo aquele tempo, e bem assim empregar em viagens para outros lugares as fretadas naus de carga por ajudar a pagar seu fretamento.

A isto respondeu D. João: — «Bem sabeis vós do triste acontecimento «que me não deixa dedicar a tais assuntos. Chamai, pois, a conselho «os grandes do reino, com êles deliberai sôbre o caso, e vinde depois «trazer-me o parecer de todos, que eu então determinarei o que deva «fazer-se».

Espalhara-se entretanto por Lisboa um daqueles boatos que, como é sabido, muitas vezes de vãs causas se originam, segundo o qual D. João teria adiado a partida em razão da morte da Rainha. Tendo isto che-

meu amigo e ilustre camarada, Ex.mo Sr. Frederico Oom, cujo nome figura entre os de distintos astrónomos, e ao qual me apraz deixar aqui consignado o meu reconhecimento.

(1) Segundo Zurara, a Rainha faleceu em Odivelas e ali mesmo foi logo sepultada, até de noite e em segredo, e no dia seguinte se lhe fez o ofício fúnebre. O saimento de Sacavêm para Aljubarrota e as pomposas exéquias ali celebradas, segundo diz Pizano, tem de ser consideradas como mera fantasia, para o que, pondo de parte o depoimento de Zurara, bastará atender a que aquele saimento a tão longa distância e as cerimonias subsequentes não caberiam nos escassos seis dias que mediaram entre o falecimento da Rainha e a partida da fróta; tanto mais que neste curto espaço de tempo houve muitos e importantes trabalhos a realisar para a mesma partida, especialmente por parte dos Infantes.

gado aos ouvidos de um tal Mondo, inglês de origem, que, como já fizera em guerras anteriores, também para esta viera, em serviço de D. João, com quatro naus de transporte e alguma gente de armas, mandou logo preparar um batel e foi ter com El-Rei, ao qual deu notícia do boato que corria e depois disse que à grandeza de tal Rei seria desdoiro que, por morte de uma mulher, largasse êle mão de tão alto empreendimento, já quási levado a termo, para se entregar à tristeza e ao pranto; que não quizesse, pois, com tal dilação deslustrar seu nome e o do Rei de Inglaterra, a quem estava ligado por vínculos de amizade e de aliança. Respondeu-lhe D. João mui simplesmente que nada havia de verdade em tais boatos.

Trataram os Infantes, segundo a ordem de El-Rei, de chamar a conselho os nobres que nele tinham voz, e perante eles expuzeram qual o assunto a tratar, e era: — se não seria melhor e de mais proveito activar a expedição, ou se conviria adiá-la em razão da morte da Rainha e da peste que grassava.

Houve sôbre isto larga discussão entre os dois partidos que em igualdade de número se formaram. Dos quatorze que constituiam o conselho, sete opinavam por que se activasse a expedição, os outros sete por que fôsse adiada; e nem a uns nem a outros faltavam razões a seu favor. D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique, com os que eram do seu parecer, sustentavam com todo o empenho que, já em razão das enormes despesas feitas, já pela notícia que se espalhára por quási toda a cristandade, a expedição não devia demorar-se; tanto mais que se tratava de um serviço de Deus, a quem não causava nenhum empacho a morte da Rainha, não sendo próprio da grandeza de alma de um varão, em ocasião de infortúnio, dar largas ao sofrimento e sucumbir à dôr e às lágrimas: que, portanto, se El-Rei desistisse da empresa, faria com isto grande deslustre a seu nome. Os outros, porêm, por sua parte, sustentavam que devia conceder-se algum tempo à dôr tão recente pela morte da Rainha, e que muito havia a recear da propagação da peste, porquanto esta se desenvolve com mais fôrça onde há maior ajuntamento, e naquela expedição forçoso era conservar o trato entre os sãos e os contaminados, sendo que no mar todos teem a mesma mesa e até a mesma cama.

Terminada a sessão do conselho, os tres Infantes, acompanhados de tres dos nobres que eram de opinião contrária à deles, foram um domingo ter com El-Rei e expuseram-lhe os dous pareceres. Êste, pondo de parte as considerações sôbre a peste, disse que o serviço de Deus devia de estar acima de tudo, e que era preciso pôr côbro à dôr; sendo por isso de parecer que se proseguisse na expedição sem perda de tempo, e dando por último ordem para que daí a tres dias a armada estivesse pronta para a partida.

Vendo os Infantes que não seria bastante tão curto espaço de tempo,

tentaram dissuadir El-Rei e levá-lo a demorar a partida (1); mas, como fôsse baldado o seu esforço, voltaram imediatamente para Lisboa a cuidar de prover a armada do que ainda carecia. E então, à ordem de El-Rei, largaram todos seus trajos de luto, substituindo-os por outros guarnecidos de ouro e prata, e logo após as naus de carga, os navios de combate e restante fustalha (2), que, por causa da morte da Rainha, ali se viam como entorpecidos sob enorme tristeza, ostentaram de repente todo o brilho de suas douradas bandeiras e das armas de seus muitos soldados, atroando os ares com o som das tubas e gritos de alegria.

Fixado assim o dia da partida, segundo a deliberação de El-Rei, saiu êste da aldeia [de Alhos-Vedros], que já dissemos, vindo embarcado na galé do Conde de Barcelos; e na noite do mesmo dia lançou ferro fóra da entrada do porto. No dia seguinte, logo que amanheceu, a um sinal dado, fez levar âncoras a toda a fróta, já então atacada de peste, e mandou-a avançar até cêrca de uma milha para alêm do porto. No dia imediato, que era o de S. Tiago, aproveitando vento e maré de servir, passou-se a outra galé e mandou a todos desferir as velas e seguir ávante.

Nos navios que em Lisboa se aprestaram iam como principais: o Mestre da ordem militar de N. S. Jesus Cristo — D. Lopo Dias de Souza, o prior do Hospital de S. João, o Condestavel, o Almirante Micer Lancerote, Afonso Furtado de Mendonça, D. Pedro de Menezes, D. Afonso de Cascais — vila esta distante de Lisboa cêrca de quinze milhas, [D.] João de Castro, D. Fernando de Castro, D. Álvaro Pires (3) [de Castro], D. João de Noronha, Martim Afonso de Melo — guarda-mór de El-Rei, João Freire de Andrade, Lopo Alves de Moura, Álvaro Nogueira, Gonçalo (4) Lourenço de Gomide, Nuno Martins da Silveira, João Afonso

(1) Está isto em desacordo com o que diz Zurara (cap. XLIX) a respeito dos Infantes, que nenhuma objecção fizeram, antes destruiram as que outros apresentaram sôbre a dificuldade no aprontar da armada.

(2) No texto: naves onerariae *nostrates,* ceteraeque actuariae, ao que corresponderia a tradução — as naus de carga *do nosso* país e as restantes embarcações ligeiras, o que seria absurdo por várias razões. Em primeiro lugar Pisano, como estrangeiro, não podia empregar o termo *nostrates* (do nosso país) para designar navios feitos em Portugal; nem em toda a sua obra se encontra qualquer confusão de espécie idêntica. De mais, segundo a classificação assim feita das embarcações que embandeiraram de gala, alêm das que eram estranheiras e que menos razão tinham para se abster de manifestações de regosijo, ficavam excluidas as principais e em muito maior número, os navios de combate, os que tinham de ser e decerto foram os primeiros a dar o sinal e exemplo para tal manifestação, que de resto, foi geral. A tradução foi, pois, feita segundo a alteração que proponho ao texto original, e que é: naves onerariae, *rostratae,* ceteraeque actuariae.

(3) Dominus Alvarus *Petrus* (diz o texto).

(4) *Gomesius,* segundo o texto, como mais abaixo, a propósito de *Gonçalo* Barreto, *Gomesius* de Birreto, confusão já anteriormente referida de Gomesius com Gundisalvus,

de Santarêm, Gonçalo Nunes de Barreto, Álvaro Mendes [Cerveira], Mendo Afonso, Diogo Lopes de Souza, Gonçalo Annes de Abreu, Vasco Coutinho, Álvaro Pereira, João Afonso de Brito, Diogo Álvares—mestre-sala, Doutor Martim Docem (1), Martim Afonso de Miranda, Diogo Fernandes de Almeida, João Afonso de Alemquer—nome, êste último, de uma vila a cêrca de vinte e quatro milhas de Lisboa, Gonçalo Gomes de Azevedo, João Mendes de Vasconcelos, Rui (2) de Souza, Nuno Vaz de Castelo Branco, Pero (3) Vasques, Gil Vasques, Paio Rodrigues, Diogo Soares, D. Paio Vasques (4) [?], João Soares, Fernando Martins do Curunhal (5), Fernão Vasques de Siqueira, Fernão Gonçalves (6) de Arca, João Vasques de Almada, Álvaro Vasques, Pedro Vasques, Álvaro Gonçalves de Taide, D. Pedro (7) [alferes do infante], Pedro Gonçalves e Luís Gonçalves Malafaia, Luís de Taide, Álvaro de Taide, e muitos outros cujos nomes ignoramos.

Os que ficavam, quer homens bons da cidade quer arraia miuda, correram todos a gozar o formosissimo espectáculo da fróta, que a pano cheio se fazia ao largo. Trepavam uns acima das muralhas e mais pontos elevados da cidade, desciam outros à praia e, de mãos erguidas ao ceu, a Deus suplicavam que aos seus desse a vitória.

No dia seguinte, que era um sábado, sôbre a tarde, começou a fróta, em que grassava a peste, a dobrar o cabo de S. Vicente; e nessa ocasião mandou El-Rei mesurar as velas em honra do mesmo santo, vindo a chegar já de noite a Lagos, vila de Portugal de não obscuro nome.

Logo que amanheceu, saiu El-Rei em terra para ouvir missa, e, antes da consagração do corpo de Cristo, subiu ao púlpito Frei João [Xira], de quem já falámos, e dali começou por expôr as razões daquela expedição, declarando depois, com a autorisação de El-Rei, que era para Ceuta que a fróta partia; e por último aconselhou a todos com muita insistência que se confessassem e comungassem, pois, dizia, não era no

nome êste que todavia emprega, por ex., em Gundisalvus de Abreo, Alvarus Gundisalvus de Thaide, etc.

(1) *Docem* escreve Zurara; no texto, *De Sensu.*

(2) No texto: *Rudericus.*

(3) *Petrus Vascus,* diz o texto aqui, designando com o mesmo nome, mais abaixo, o irmão de Álvaro Vasques. Com Zurara designámos o primeiro por Pero e o segundo por Pedro.

(4) No texto: Dominus *Pelagius Valascus.* Zurara não traz nome correspondente a êste.

(5) *Curugnal,* no texto. No crónica de Zurara não se encontra tal apelido, mas aparece o nome de Vasco Martins de Carvalhal. ¿ Tratar-se há de algum irmão dêste, cujo apelido haja sido deturpado?

(6) *Ferdinandus Egydius de Arca,* evidentemente o Fernando Gonçalves de Arca, citado por Zurara.

(7) Dominus Petrus, diz sómente o texto.

número, no valor e na perícia dos homens que se devia ter confiança, mas sómente no braço de Deus, em que reside toda a fôrça. Se, portanto, assim procedessem, se se entregassem à oração, teriam certa a vitória. Ceuta, que já estivera em poder dos Cristãos, viria a ser recuperada, e dêste modo se repararia o agravo feito à religião de Cristo, e êles alcançariam a glória futura; tanto mais que o Sumo Pontífice em suas letras apostólicas absolvia de culpa e pena todos aqueles que, confessados e contrictos, nesta expedição viessem a perecer.

Depois disto D. João saiu de Lagos, mas, antes de entrar nas águas do Mediterrâneo, sete dias se conservou no Oceano, então muito agitado, a fim de aguardar os navios que ainda se lhe não tinham reunido (1). Juntos todos e depois de navegarem tres dias com vento fraco, entrou a fróta no Mediterrâneo. Sobreveio então súbita calmaria, e sucedeu que na galé de D. Henrique, para a qual D. Duarte se passára, pegou o fogo no farol e rápidamente se propagou pelo navio. D. Duarte, que dormia sôbre a coberta em razão do mau cheiro da sentina, despertando com a balbúrdia da marinhagem, sem se importar com o resto, desceu veloz à câmara em que dormia D. Henrique e acordou-o, porque não viesse o fogo a fazer-lhe dano. Êste animoso Principe, saltando do leito, correu a lançar mão da lanterna em fogo, a qual com grande fôrça atirou pela borda fóra, e tratou em seguida de apagar o resto do incêndio com água do mar. D. Henrique tendo sido atingido pelas chamas ficou gravemente ferido nas mãos.

Lá foram depois seguindo com brando vento pelas águas do estreito, que se prolonga por cêrca de trinta e nove milhas. Ao amanhecer passou a fróta em frente de Tarifa, cidade da Espanha, cujos moradores despertando ao som das tubas correram às muralhas, e, com a vista de tamanha fróta e tão bem apercebida de toda especie de armamento, se lhes inundou a alma de alegria. Sôbre a tarde do mesmo dia ancorou a fróta entre Tarifa e o Calpe e aí se conservou dois dias. É o Calpe um monte da Espanha todo empinado sôbre o mar, mas cuja encosta para as bandas do ocidente se encurva formando uma admiravel enseada, a cujo centro, pouco mais ou menos, se vê Carteia, cidade habitada por Fenícios vindos para ali da Asia. Estes ao verem a fróta que ancorára tão perto, tomados de grande susto, trataram logo de fechar todas as portas da cidade e de provêr seus muros de grandes pedras e outras armas de arremêsso. Feito isto, houveram entre si conselho sôbre se mandariam a D. João refresco, não com a esperança de lhe captar as boas graças, mas por ver se descobriam para onde era que tencionava dirigir-se, vindo por último a mandar-lhe abundante provisão de manti-

(1) Zurara diz que na noite de sábado foi a fróta *toda junta* ancorar na baía de Lagos (*Crónica de D. Jeão,* cap. 41).

mentos. Aceitou-os D. João com mostras de agrado por não parecer que, por serem infieis, os tinha em desprêso. Logo depois voltam êles a pedir a El-Rei que lhes desse garantias de segurança, alegando como razão do seu pedido haverem-lhes dito que, em quanto a armada ali fôsse, não viesse a sua gente moça, embora provocada ou levada apenas pelo ardôr da sua idade, a envolver-se em rixas, porque com isso poderiam sofrer grave dano até os que para tal não houvessem concorrido. A estes pedidos respondeu D. João que bem deviam saber que êle recusára ao Rei de Granada a paz que êste pedira, e por isso lhe não parecia de razão conceder-lhes a êles o que ao seu Rei não havia querido conceder; que, quanto ao mais que solicitavam, êle saberia dar mostras de sua generosidade.

Dois dias depois, dado o sinal, a fróta levanta ferro e segue no rumo de Ceuta, mas com mau exito, porquanto, tendo-se formado densas nuvens que com negra cerração toldavam o ceu, a violência das correntes impeliu quási todas as naus de carga na direcção de Málaga, muito opulenta cidade do reino de Granada; e só as galés e alguns outros navios a voga mais forçada puderam, a muito custo, vencer a corrente e arribar no mesmo dia a Ceuta.

Os mouros, quando viram as galés em frente da sua cidade, ficaram bastante tempo hesitantes sôbre se viriam por atacá-la ou se para ali se teriam desviado por admirar-lhe a beleza; mas, por fim, tomados de medo, como se presentissem a sua ruina, tratam de barricar sòlidamente as portas, colocam sôbre as muralhas grandes madeiros e guarnecem-nas de várias armas de arremêsso; chamam em seu auxílio não só os moradores das cidades e outros lugares vizinhos mas até os Numidas, e assim organisam a sua defesa.

Tendo conhecimento disto, acodem de toda a parte a Ceuta mouros armados, cada um com o que podia, e começam alguns a arremessar de cima dos muros pedras contra as galés, mas sem resultado, por isso que, à distância a que estavam, não eram atingidas, a não ser uma que ficára pouco afastada dos muros, — a do Almirante; porquanto êste, apezar do manifesto perigo e das instâncias dos outros capitães para que fizesse retirar a galé do lugar em que estava, declarou que não se afastaria dali, sujeitando-se de bom grado ao que pudesse acontecer.

Não se contentam, porêm, os mouros com arremessar pedras; parte deles saem da cidade e avançam para a praia. Alguns dos Portugueses então, acêsos em ira, remam para terra em bateis e outros pequenos barcos, e de parte a parte se trava a luta com béstas e fundas.

Entretanto alguns dos mouros, por melhor ferirem de alto os adversários, trepam a um penedo não muito avançado da praia, donde os Portugueses, percebendo-lhes o intento, forcejam por desalojá-los à frechada. Durava esta luta cêrca já de meia hora, quando Estêvão Soares de Melo,

vindo em refôrço, expulsou do penedo os mouros, uns dos quais foram feridos, outros mortos, já quando saltavam para o chão, já quando pretendiam reunir-se aos seus. Logo depois recolheram os mouros à cidade com muitos e graves ferimentos, e os Portugueses voltaram para as suas galés, tendo também alguns feridos.

D. João depois de haver permanecido dois dias em frente da cidade, na véspera do dia de N.ª S.ª de Agosto mandou avançar as galés e costear a mesma cidade até cêrca de uma milha, e foi ancorar no lugar chamado de Barbaçote, para ali esperar as naus de carga que, como dissemos, com a corrente tinham derivado para Málaga e a êsse tempo iam regressando. No dia seguinte foi D. Henrique chamar D. Pedro por ordem de El-Rei, que queria haver conselho sôbre a escolha do lugar mais conveniente para o desembarque, a fim de que a sua gente não corresse perigo em tal operação; porquanto considerava como dever de príncipe avisado procurar alcançar a vitória sem malbaratar o sangue dos seus.

Tinha D. João assentado, depois de larga discussão, em que o desembarque se efectuaria naquele mesmo lugar, quando os mouros acorreram de novo à praia em grande gritaria e com doestos, como era de crer, desafiando os Portugueses para o combate. Muitos dêstes sairam em terra e travou-se a luta de parte a parte com ardor e bravura, havendo muitos feridos e sucumbindo um dos Portugueses. Acendeu-se então em ira o ânimo dos que se tinham conservado nas galés e que em grande tumulto se apressavam agora em ir para terra. Conteve-os porêm a autoridade de El-Rei, e, se assim não fôsse e se êle não houvesse também feito retirar os outros para as galés, teriam perecido todos; porquanto, em razão de uma súbita tempestade contra a qual não valiam âncoras nem amarras, ficando por único recurso os remos, só com grande fôrça dêstes os navios puderam regressar ao ponto donde tinham partido, com excepção das naus de carga, que de novo pela violência das correntes para Málaga desgarraram.

Depois desta retirada da fróta, os moradores da cidade foram ter com Salabensala, senhor dela, a pedir-lhe que mandasse voltar para suas terras os que tinham sido chamados em socorro, visto como deles estavam recebendo agravos e danos tamanhos como nunca de inimigos teriam podido receber. Imediatamente os mandou Salabensala retirar, o que se deu, como todos dizem, por determinação divina. De facto, se houvessem permanecido na cidade todos os que em seu socorro tinham vindo, D. João não chegaria a tomá-la ou, pelo menos, só com grande mortandade dos seus teria conseguido sair vitorioso. Dez mil homens se diz que tinham vindo para Ceuta, e entre êles muitos Numidas, gente belicosa, que, à maneira de feras, anda errante por montes e vales, vivendo da rapina mais que do trabalho.

Estavam as galés já de novo ancoradas entre Tarifa e o Calpe, e para ali também se vinham dirigindo, quando o mar lho permitia, as naus de carga que haviam derivado para Málaga, como fica dito, quando D. João ordenou a D. Henrique que fôsse na sua galé transmitir aos capitães das naus ordem para que viessem reunir-se aos navios de combate com a maior brevidade possivel.

Seguindo D. Henrique no cumprimento das ordens de El-Rei, sobreveiu a noite, e, ao fim do quarto de prima, a tripulação ouviu ao longe um grande alarido. Era que a nau do valente capitão João Gonçalves (1), por imperícia do piloto, abalroára com outra nau; e tais avarias recebera, que esteve a ponto de submergir-se. Ordenou então D. Henrique ao seu piloto que tomasse rumo para o sítio de onde vinha o alarido, e, logo que abordou à nau, fê-la aliviar de parte da carga e reparar quanto possivel com tabuas e cordas, mandando-a depois seguir a reboque para poder chegar mais a seguro até onde as galés estavam fundeadas.

Reunida, emfim, toda a fróta, que se compunha de sessenta e tres naus de carga, vinte e sete triremes, trinta e duas biremes, e cento e vinte navios de outras espécies (2), resolveu D. João haver conselho, para o qual mandou convocar as pessoas de sua maior confiança, que, como êle, desceram aos bateis, fazendo-se todos ao largo a tiro de seta da armada, como então lho permitia a bonança do mar. Tendo-se depois juntado todos os bateis de modo que de qualquer dêles pudesse ouvir-se o que noutro se dissesse, El-Rei falou assim:

— «Não tenho por necessário referir-vos, companheiros de armas, as «mui grandes despesas que fiz no aviamento da armada que aí vedes, «destinada à conquista de Ceuta, nem tão pouco os trabalhos a que eu «próprio me sujeitei; que nada disto vos é desconhecido. Sabeis tam«bêm que durante dois dias nos conservámos sôbre âncoras no porto «daquela cidade e que depois nos dirigimos para o lugar que os mouros «chamam Barbaçote, tendo nós tido, por isso, tempo bastante e azado «ensejo para conhecer quais as condições do terreno em que Ceuta está «assente, e para ver qual a altura de seus muros, o número das torres «e a disposição do litoral. Só falta agora que vós digais o que entendeis «que devamos fazer: se voltar sôbre Ceuta ou dirigir-nos a outra parte».

(1) A nau diz o texto que era Johannis *Egydii*. Há aqui mais uma vez confusão da parte de Pisano na tradução para latim dos nomes próprios Portugueses, e especialmente, os de Gonçalo e Gonçalves, que poucas vezes traduz por Gundisalvus, empregando mais frequentemente os nomes *Gomesius* e *Egydius*, com os quais traduz também respectivamente *Gomes* e *Gil*.

(2) Segundo M. Faria y Sousa (Africa, cap. 71) a fróta compunha-se de «mas de dozientos e veinte baxeles de varias formas e grandezas: altas naves 33, prolixas galeras de á tres remos por banco 27, de á dos eram 32, el resto de galeones, caravelas y otros navios.

A estas palavras de El-Rei o conselho dividiu-se, como é de costume, formando-se nele tres partidos: uns eram de parecer que se voltasse sôbre Ceuta para se não perderem tantos trabalhos e tantas despesas já feitas. Ainda se fôsse, diziam, antes de El-Rei haver revelado que era para Ceuta que partia, nada haveria que lançar-lhe à conta de fraqueza ou de negligência, mas, depois da declaração por êle feita sôbre o destino da expedição, depois de haver estado dois dias deante de Ceuta, se não tentasse tomá-la, nem praticasse qualquer feito digno de louvor, ninguem diria que se havia retirado porque se erguera uma tempestade, mas sim que tinha fugido por medo ou desesperança da vitória. Não viam, portanto, como dali poderia, sem desdouro, voltar para o reino ou lançar-se em novo empreendimento.

Mais valia, pois, expor-se a todos os perigos, do que ser apontado com oprobrio, ao qual se deve preferir o morrer com honra.

Dêste parecer foram D. Duarte, D. Pedro, D. Henrique, D. Afonso, conde de Barcelos, o Prior do Hospital de S. João e alguns outros, muito poucos, cujos nomes ignoramos. Em seguida a estes, outros disseram:

— «Magnanimo Príncipe, ainda que comnosco aqui tivessemos todo o «poder da Espanha e Ceuta pudesse ser cercada de armas por terra e «por mar de modo que não fôsse possivel receber mantimentos, nem «assim mesmo seriamos de opinião que voltasseis sôbre ela, que não é «cidade que possa tomar-se de assalto.

«Sabemos todos que D. Afonso, Rei de Castela, com uma armada «não inferior a esta, bloqueou Ceuta durante sete anos, e que, nem «assim, logrou conquistá-la; que, por fim, para que não fôsse de todo «inutil o haver organizado aquela armada, com ela foi à conquista de «uma cidade então chamada de Algeziras, que arrazou completamente, «voltando em seguida para o seu reino. Ora, hoje é o dia 21 de agosto, «portanto, ainda antes de tudo estar pronto para o assalto à cidade, «chegará o dia 15 de setembro, tempo em que dominam nesta região «violentas tempestades que ou desconjuntam os navios, que as âncoras «não conseguem aguentar, ou ao impulso de uma mesma corrente os «fazem desgarrar para Málaga. Se isto viesse a acontecer, de toda a «parte afluiriam mouros, e, a quantos dos nossos pudessem haver às «mãos, os fariam cativos ou passariam pelas armas. É, pois, opinião «nossa que tudo isto se deve evitar, aconteça o que acontecer; e, por«que se não hajam por totalmente perdidas as muitas despesas feitas, «entendemos que deveis ir conquistar Carteia e voltar depois para o «vosso reino».

Os do terceiro partido disseram que nem se devia voltar sôbre Ceuta em razão dos perigos que estavam iminentes, nem em tal ocasião ir conquistar Carteia, porque, se isto se tentasse, far-se-ia não pequeno

agravo ao Rei de Castela, e dar-se-lhe-ia motivo para quebrar a paz que com tão sagrados juramentos tinha sido firmada, por isso que tal conquista pertencia de direito ao Rei de Castela; que, em razão de tudo isto, eram de parecer que El-Rei, pondo tudo mais de parte, voltasse para Portugal.

Depois disto D. João, que houvera conselho só com o fim de conhecer a opinião dos principais dos seus homens, assim lhes falou:

— «Sem dúvida, Cavaleiros, seria para nós de eterna vergonha aban-«donar Ceuta, por cuja causa se organisou a fróta, para ir conquistar «Carteia ou para voltar para a patria sem nada havermos feito; por isso «eu tomei a resolução de não voltar para Portugal sem que Ceuta tenha «caido sob o nosso poder».

Assim disse, e logo no dia seguinte, aproveitando vento e maré favoraveis, mandou levantar ferro e resolveu ocupar o Abila para ali assentar arraiais, dizendo em seguida a D. Henrique:

— «Hoje, meu filho, fundearei junto dos bancos de areia em frente de «Ceuta, e vós, com os navios que do Porto trouxestes para Lisboa, de-«mandareis o Abila e junto dêle ficareis sôbre âncoras durante a noite. «Ámanhã ordenareis que a vossa gente esteja em armas ao alvorecer do «dia a fim de saltar ràpidamente em terra, apenas vejam o sinal que hei «de dar. Dir-vos-ei qual é o meu plano. Os mouros, quando virem a «maior parte da fróta em frente da cidade, hão de suspeitar que quere-«mos efectuar um desembarque e acudirão para no-lo impedir; então «podereis desembarcar seguros e ir ocupar o Abila. Se êles correrem «a pôr-vos estôrvo, ràpidamente vos iremos socorrer com as nossas «galés».

Com mostras de muito aprazimento prometeu D. Henrique cumprir aquelas ordens.

Ao pôr do sol ancorava D. João, como dissera, em frente de Ceuta, e D. Henrique seguiu com os seus navios para o monte Abila, que dali dista cêrca de uma milha; e, tendo feito chamar à sua presença os capitães, ordenou-lhes que fôssem descançar, mas que ao quarto de alva estivessem com os seus homens armados e formados.

Quando os mouros viram que uma parte da frôta fundeára ante a cidade e que a outra se dirigira ao Abila, entraram-se de pavor, que furtivamente lhes ia alastrando pelo peito; e os principais da cidade vão logo ter com Salabensala para com êle concertarem o que se havia de fazer. Êle, porêm, como se previsse a tomada da sua cidade, determinou de fugir secretamente naquela mesma noite com os poucos em que confiava; e assim teria feito, se alguns dos seus amigos o não houvessem dissuadido. Por fim deu ordem para que o lanço dos muros fronteiro ao lugar onde a fróta estava fundeada, fôsse densamente coroado de homens, e que puzessem luzes nas janelas de todas as casas;

com o que tinha em vista dar à cidade a aparência de estar cheia de gente armada.

Nessa noite os Portugueses tratam primeiro de correger as suas armas para o combate da manhã seguinte e depois recolhem-se para dormir, mas não podem conciliar o sono, como, de resto, acontece ao aproximar da hora do perigo.

Uns, mais dados a tristezas, entreteem-se a contar muitas e várias cousas cheias de terrores e próprias a arrancar lágrimas; outros, pelo contrário, aguardam alegres o romper do dia, dizendo que, se vencessem, viveriam muito honrada vida, se morressem, iriam para o ceu. Mas eis que surge o dia, e todos em armas, como lhes fôra ordenado, esperam o sinal de El-Rei para o desembarque. Os mouros entretanto vão activamente pondo em obra tudo quanto se lhes afigura útil à defensa.

D. João manda então vir nos bateis até junto da sua galé aos principais da fróta, e da popa do seu navio, como as circunstâncias exigiam, em poucas palavras assim se lhes dirige: — «Se eu tivesse, Cavaleiros, de exortar «ao combate quem não soubesse o que seja combater, teria de empregar «porventura um largo arrazoado; mas a vós, que me tendes acompanhado «em todos os perigos e que sempre com os inimigos tendes combatido «com tanta perícia como valor, inutil fôra dirigir-vos exortações; tanto «mais que eu bem sei com quanto zêlo e grandeza de ânimo vos «tendes esforçado não só por igualar mas até por exceder a vossos «maiores, que no ofício das armas se nobilitaram. É, pois, bastante que «comvosco mesmo considereis que não é nas lutas por nós até aqui sus«tentadas em defesa de nossos domínios que está a nossa glória, mas «na tomada desta cidade, sôbre a qual resolvemos vir por fazer serviço a «Deus. Se chegarmos a tomá-la, aquelas torres e muralhas que a cercam «ficarão, emquanto durarem, a dar testemunho da nossa vitória.

«Se não se tratasse do serviço de Deus, nem eu lançaria à conta de «glória para vós a tomada de tal cidade; que bem sei eu que vamos «combater com gente imbele e sem nome, a qual antes mesmo de se «bater comnosco, só do medo que a tolhe se acha já vencida. Bem mais «quizera eu que houvessemos de combater com homens belicosos, que «assim, servindo igualmente a Deus, poderiamos conseguir que ficasse «também conhecido dos bárbaros o nosso valor tantas vezes nas Espa«nhas assinalado».

Em seguida a estas palavras ordenou El-Rei que todos se fizessem prestes a sair em terra, mas que ninguem saisse antes de ter visto desembarcar o infante D. Henrique. E logo vestindo a cota de armas, pondo o capacete e empunhando a espada se passou El-Rei a uma galeota, e foi passar em revista toda a armada inquirindo se faltava alguma cousa a alguem, porque não acontecesse que a falta de qualquer objecto necessário viesse a entravar o desembarque da sua gente de armas.

Esta, ao contemplar a tamanha magnanimidade do seu Rei, redobrou de coragem, reacendendo-se-lhe, com a esperança da vitória, o desejo de entrar em combate.

Entretanto, segundo consta, foram alguns mouros ter com Salabensala, que estava aterrado com a grandeza da fróta, e com muitas razões procuraram induzi-lo a que não se deixasse vencer do medo narrando-lheos feitos dos seus, que muitas vezes tinham derrotado os cristãos e haviam submetido ao seu domínio a Espanha toda. Que não perdesse, pois, a fôrça de ânimo, diziam, pedindo ao mesmo tempo que os deixasse ir ao encontro do inimigo a impedir-lhe o desembarque. Salabensala, comquanto presentisse a perda da sua cidade, por não mostrar oposição ao que lhe pediam, permitiu que se efectuasse a sortida, e ordenou que alguns viessem a miude ter com êle a dar-lhe notícia de tudo que se fôsse passando.

Sairam então da cidade os mouros e dirigiram-se para o Abila, que lhe fica a oriente, e junto ao qual, como já dissemos, estava D. Henrique com parte da fróta. Os Portugueses, excitados com a audácia dos inimigos, pondo de parte a ordem de El-Rei, tratam a toda a pressa de desembarcar. João Fogaça, com alguns homens de armas, entre os quais estava Rui Gonsalves, varão de extremado valor, salta para um batel e manda remar para terra.

Os mouros, ao verem o batel aproximar-se da praia, ali acorrem e juntos trabalham por impedir o desembarque com pedras, dardos e frechas. Então Rui Gonsalves, afrontando o perigo, salta em terra e arremete contra os mouros, obrigando-os a afastar-se um tanto da praia, com o que facilitou o desembarque aos que tinham ficado no batel.

D. Henrique, apenas viu que estes haviam saltado em terra, meteu-se noutro batel com alguma gente de armas e mandou que as trombetas dessem o sinal de desembarque para todos; porquanto, logo que saiu da galé, os mouros, que iam engrossando, começaram de pelejar mais rijamente, mas sem que fizessem recuar os Portugueses, que recebendo-lhes a investida conseguiram resistir.

A êsse tempo andava já Rui Gonsalves de volta com os mouros, em companhia de um gentilhomem alemão, batendo-se denodadamente, e veiu a ser êle o primeiro que fez morder a terra a um dos mouros que entre os seus se extremava no pelejar, e cuja morte, pela grande perturbação que produziu, tornou mais fácil o desembarque aos Portugueses.

O valoroso príncipe D. Duarte ferira-se em uma das mãos ao tomar as armas, e alguns o aconselharam a que, em razão do acidente que sofrêra, desistisse de desembarcar; mas êle, desprezando tais conselhos, saiu em terra com alguns homens de armas em cujo valor confiava,

sendo entre estes, segundo se diz, Fernão Gonsalves (1), vedor de sua fazenda, varão de mui singular valor e bom conselho, que foi mais tarde também vedor de Afonso V.

Quando os Portugueses tinham já em terra tres batalhas (2) quási completas, muitos dos mouros que tinham ficado guarnecendo a cidade, acudiram em refôrço dos que estavam pelejando; e estes, vendo engrossado o seu número, mais acêsa começaram a travar a luta que se prolongou por bastante tempo.

Retiraram por fim vencidos, e com perda de alguns dos seus, os mouros que pretendiam ocupar o Abila, indo-lhes os Portugueses no encalço; mas, ao chegarem à base da encosta arremeteram de novo fortemente com os inimigos e sustentaram mui rijo combate.

Foi ali que D. Henrique deu, casualmente, pela presença de D. Duarte, — que só assim podia ser em tamanha confusão; — e então lhe deu agradecimentos por tão pressuroso ter vindo em seu auxílio.

Entretanto mais e mais Portugueses iam saltando em terra, e com o grande acrescimo de seu número conseguiram desalojar os mouros da posição em que estavam, pondo-os em fuga e tirando-lhes de todo a esperança de ocupar o monte.

Quiz depois disto D. Henrique entregar o comando a D. Duarte, que se recusou a aceitá-lo; mas, quando aquele, de conformidade com as ordens que recebera, formava a sua gente em parada resolvido a aguardar ali a chegada de El-Rei, disse-lhe D. Duarte: — «Não é uma «demora como a que estais preparando, o que as circunstâncias recla«mam, mas, sim, presteza acompanhada de prudência, por evitar que a «estes venham juntar-se outros mouros em refôrço e todos se recolham «na cidade fechando-nos depois as portas. Arremetamos de novo com «os que aí estão, deixando no monte apenas uma guarnição, que o «defenda. Dêste modo, se a fortuna nos for propícia, será possivel que, «ao procurarem os mouros recolher-se à cidade, nós aí consigamos entrar «também de envolta com êles e evitar que fechem as portas, dando tempo «a que os nossos saltem em terra e comnosco se reunam; e assim vire«mos a tomar a cidade sem grande derramamento de sangue».

D. Henrique movido das razões não menos que da autoridade de D. Duarte, depois de colocar no Abila uma guarnição para sua defesa,

(1) Egydius, no texto.

(2) *Tres fere militum cohortes,* vem no texto. No exército português nunca houve coórtes, e a coórte do exército romano tinha um efectivo de mais de 400 homens, o que daria, mesmo com a atenuação do *fere,* número superior a 1000 para os tres primeiros grupos de Portugueses que num desembarque precipitado saltaram em terra. Zurara diz que estes foram cêrca de 150 homens, devendo ter constituido tres pequenos troços de gente cada um sob o comando de um chefe. A tais grupos designa-os Rui de Pina com denominação, que adotamos, de *batalhas.*

fez avançar as suas fôrças contra os mouros, que não estavam longe. Estes, que o não esperavam, retiraram todos para junto de um chafariz de pedra e cal que ali havia, ao pé de duas cisternas construidas pelos moradores da cidade para alimentar a fonte recolhendo a água que, em tempo de chuva, descia rápida pela encosta do Abila.

Chegados ali, pararam os mouros e entraram de novo em luta com mais bravura e vigor do que anteriormente, investindo fortemente com os Portugueses que, aguentando a custo o vigor da arremetida, conseguiram todavia ter-lhes rosto, travando-se então um importante combate com graves ferimentos de parte a parte.

Havia entre os mouros um bárbaro disforme, segundo dizem, que aos outros se avantajava em corpulência e fôrças, de cabelos crespos, côr negra, dentes muito brancos e grandes, beiços grossos e revirado o debaixo até ao queixo, não parecendo natural de Ceuta mas antes semelhante aos Etiopes. Andava todo nu e não usava no combate outras armas que não fôssem pedras, as quais arremessava com tal fôrça que por valente devia ter-se aquele que, uma vez atingido, não caisse prostrado. Quando assim estava valentemente combatendo, de uma das vezes, empregando especial esfôrço e dobrando muito o corpo, despediu a todo o alcance uma pedra que veiu dar no bacinete de Vasco Martins de Albergaria, escudeiro da casa de D. Henrique; mas êste, embora cambaleasse um pouco de atordoado com a violência do choque, recobrou logo as fôrças e, rompendo por entre os mouros, embebeu a lança nas ilhargas do bárbaro. Os mouros ao verem-no prostrado por terra e já sem vida, perturbados recuaram um pouco e, carregando os Portugueses logo sôbre êles, puzeram-se em fuga em demanda da cidade.

Foram-lhe os Portugueses no encalço, e, tendo chegado à porta da cidade que dava para o Abila e se encontrava aberta, por ela entraram os mouros tumultuosamente, mas de envolta com êles entrou também Vasco Martins, atraz citado, que foi o primeiro dos Portugueses que foi dentro da dupla muralha da cidade; e logo após seguiram muitos outros, porquanto os mouros a tal ponto iam tomados de pavor, que nenhum dêles se voltou para traz a fechar a porta, ficando assim a entrada livre aos Portugueses.

D. Henrique e D. Duarte, tendo também entrado na cidade, foram com a sua gente ocupar uma pequena elevação, antigo depósito de lixo que ali havia, onde arvoraram a bandeira de D. Henrique, para de lá se defenderem melhor, se os mouros os acometessem; porquanto receavam que, antes de chegar mais gente em seu refôrço e quando aquela mesma que tinham, levada pela cubiça, se entregasse ao saque das habitações, os mouros se reunissem todos e, depois de fechar as portas, caissem sôbre êles envolvendo-os por todos os lados.

Entretanto, da parte da fróta comandada por D. Henrique, ia desem-

barcando grande número de homens de armas e dos de pé, correndo uns para o Abila e outros para a cidade a reunir-se aos seus.

Dos mouros — alguns, sem esperança de salvar-se, fogem para o castelo, onde estava Salabensala, e a êste dão notícia de que estava já tomada pelos inimigos a parte da cidade para as bandas do Abila; — outros tentam ainda, quanto lho permitia o desfavor da sorte, lutar em defesa sua e de suas mulheres e filhos.

Então Salabensala, banhado em lágrimas, sai com os seus do castelo por ver se seria possivel, aproveitando o apertado das ruas, tomar o passo aos inimigos até que os mouros recolhessem à parte ocidental da cidade; porquanto, junto do castelo e onde a cidade é mais estreita, havia um muro que a dividia em duas partes. Entendia êle que, se por alguns dias ali se pudesse defender, daria tempo a que as gentes das imediações chegassem em seu socorro.

Vasco Fernandes de Taide, tendo por menos digno de sua pessoa entrar sem dificuldade na cidade aberta, e por onde já passára D. Duarte e D. Henrique, procurou para si entrada mais dificil; e, chamando os seus homens de pé, aos quais deu ordem de o seguirem, foi até uma outra porta, que os mouros guardavam atentos, e tentou arrombá-la a golpes de machado; mas foi baldado seu empenho, porque os mouros com pedras e outras armas o repeliram da porta e lhe causaram um ferimento a que sucumbiu, e com êle oito dos seus homens.

D. Henrique, quando viu que era já chegada grande parte da sua gente e que com ela podia levar a melhor contra os mouros, não querendo permanecer ali quêdo com D. Duarte por mais tempo e perder o dia, que já ia quási a meio, determinou que os capitães se separassem indo ocupar diferentes posições na cidade, por não se dar tempo a que os bárbaros se refizessem do susto e maquinassem qualquer ardil, ou a sorte lhes preparasse a êles próprios algum desastre.

D. Duarte, que pelo excessivo ardor do sol já não podia suportar o pêso das armas, largou uma parte delas e logo se foi a ocupar um lugar mais elevado na cidade, ao qual os mouros chamavam Cesto; e D. Henrique, largando também parte das suas armas, avançou pela rua direita, emquanto os outros capitães iam invadindo a cidade por diferentes pontos.

A êste tempo tratava já D. Pedro de sair ràpidamente em terra com outros nobres homens dos que, dividida a fróta em duas, como dito foi, haviam ficado naquela que estava sôbre âncoras em frente da cidade; e D. João, que numa bireme andava passando revista à fróta, vendo D. Pedro na faina do desembarque, disse-lhe que esperasse por êle que também queria ir a terra, mandando logo dar o sinal para que em todos os navios se operasse o desembarque: e era tal o ardor com que todos desejavam sair em terra, que só os retardava na saida o terem de

esperar que os bateis e outros barcos voltassem a buscá-los. Assim saiu em terra El-Rei com D. Pedro e outros fidalgos, e não tardou muito que saltasse também em terra uma grande parte dos restantes.

Então El-Rei, suspeitando, pelo grande tumulto que ouvia na cidade, que os seus já estavam dentro dos muros, mandou por certificar-se um homem de pé que fôsse saber o que por lá se passava.

Êste partindo ràpidamente foi encontrar aberta a porta da cidade, e pôde ver que doutra cousa se não tratava já senão do saque das habitações; por isso voltou imediatamente a ter com El-Rei e lhe deu notícia do que vira. Ao ouvir isto El-Rei, caindo de joelhos, deu graças a Deus, e diz-se que recitára nessa ocasião o psalmo que assim começa: — «*Diligam te Domine, fortitudo mea...*».

Afastando-se logo dali com os que tomára por companheiros, dirigiu-se El-Rei para a cidade e estacionou à entrada da porta, por entender, em vista dos fardos de presa que iam sendo levados para os navios, que já nada mais restava a fazer.

Nesta ocasião o Prior de S. João, varão já idoso e prudente, subiu a um lugar elevado, donde se avistava a cidade toda, e rejubilou na contemplação de tamanha vitória; mas logo depois, pensando comsigo mesmo em como a passada felicidade de Ceuta de repente se transformára em tal calamidade, suspirou de tristeza, e, considerando que não há confiar na mundana prosperidade, que nunca se conserva completa ou de todo se esvai como uma sombra, começou de dizer:

— «E foi esta a cidade, ora cativa, que em tempos idos sustentou «guerras contra vários povos de África, e fez passar à Europa muitos «príncipes que a seu domínio submeteram a Espanha toda! Foi daqui «também que saiu Abumalaque, filho do rei Albofazem, que tomou a «cidade de Carteia então em poder dos cristãos! (1)»

D. João, convencido de que Ceuta estava já sujeita a seu domínio, resolveu não sair donde estava até ao momento qúe se julgasse oportuno para o assalto ao castelo. Foi emquanto ali permaneceu que El-Rei armou cavaleiro a Gonçalo Lourenço, seu escudeiro.

D. Henrique, que, como foi dito, se metera pela rua direita, ouvindo

(1) Pelo Sr. David de Melo Lopes me foram prestadas muito douta e obsequiosamente preciosas informações sôbre o facto da conquista de Carteia a que Pisano aqui alude. Carteia, que fôra tomada ao rei de Granada em 1309, foi reavida em 1333 pelos mouros de África sob o comando de *Abú Mélique*, filho do rei de Fez, *Abú Alháçane*. Êste é o mesmo rei mouro que foi mais tarde, em 1340, vencido na batalha do Saládo, e cujo nome na forma antiga castelhana é *Alboacen* ou *Albohacen*. Ora, sendo certo que, em português, o *h* dos nomes árabes geralmente se presenta por *f*, a forma empregada por Pisano, — Albofazem, que reproduzi, como me cumpria, é perfeitamente justificável. Em qualquer caso, fica assim averiguado o facto referido por Pisano, e feita a retificação dos nomes árabes por êle citados.

erguer-se um súbito vozear tumultuoso, para lá se dirige a toda a pressa, sentindo recrudescer o alarido à medida que ia avançando. Era que os mouros, vendo que os Portugueses tinham chegado quási aos muros do castelo em completa desordem e de todo entregues à pilhagem, carregaram rijamente sôbre êles ferindo muitos e pondo em fuga os outros, que não puderam suster-lhes o ímpeto. E, emquanto estes acoçados do mêdo assim fogem, pondo na velocidade da carreira toda a esperança de salvar-se, outros, que vinham carregando aos hombros fardos de prêsa, sentindo atraz de si os seus em fuga, largam a carga e fogem tambêm, sem cuidar de saber quem os perseguia; que esta é a condição da voluvel e ignára plebe: quando um foge, fogem todos como carneiros.

Os mouros então, julgando chegado azado ensejo não só para se vingarem dos danos sofridos, mas para expulsar de vez os Portugueses da cidade fechando-lhes as portas, vão encarniçados em sua perseguição.

Viu D. Henrique os seus assim em fuga e deixou-os seguir, atendendo a que, se detivesse os que vinham na frente, poderiam os últimos sofrer com isso não pequeno dano. Logo, porêm, que chegaram até onde êle estava, D. Henrique, vendo que em tal perturbação não havia outro meio a empregar, embraça o escudo e com os poucos que tinha a seu lado, — que muitos se haviam afastado para se entregar à pilhagem, — avança contra o inimigo e lhe sustem heroicamente o ímpeto; e logo, exercendo a um tempo as funções de coudel e de simples homem de armas, desbarata e põe em fuga os mouros, matando alguns deles. Mas na ocasião em que mais acêso os perseguia, deixando os seus para traz, veiu a achar-se sózinho em frente dos inimigos, e teria de certo sucumbido, se não lhe valesse o apertado da rua, porque os mouros, ao verem-no isolado, procuraram envolvê-lo; mas a estreiteza do lugar não deixava passar-lhe em redor, nem mesmo acometê-lo com muita gente a um tempo, e assim saiu frustrado o empenho dos mouros. Por muito pouco tempo, porêm, houve D. Henrique de sustentar só por si o pêso de tamanha luta, que os seus em breve lhe acudiram, e, recobrando cada um o ânimo com a presença de D. Henrique, renovaram o combate, sendo os mouros postos em fuga pelos Portugueses, que perseguindo-os lhes causaram algumas mortes.

Quando, no proseguimento da luta, D. Henrique chegou a uma casa em que se depositava tudo quanto de fóra vinha para a cidade por terra e por mar, sentindo-se fatigado, ali se quedou afastado da refrega deixando que os outros perseguissem o inimigo. Mas eis que pouco depois um troço de gente fresca mandada em socorro dos mouros, que fugiam, em alta gritaria cái impetuosamente sôbre os Portugueses, e com tal fôrça lhes tem rosto que estes, depois de empregar todo seu esfôrço

em resistir, são forçados a voltar costas vindo em fuga até à casa acima dita [a Aduana]. Então D. Henrique, aceso em ira, volta a pelejar, e depois de increpar com veemência os seus homens porque assim fugiam arrebanhados como ovelhas, exorta-os a fazerem frente ao inimigo, mas em vão se esforça por levá-los com exortações, que uns não podiam já suportar o ardor do sol, outros a sêde e a fome; de sorte que, de cêrca de mil homens que andavam a seu lado, apenas tinha comsigo não mais de dezasete, que ali se conservavam mais por uns restos de brio do que por valentia. Foi com estes que de novo fez frente ao inimigo, e com tal denodo que nunca voltou costas, nem teve de recuar muito para junto dos que o acompanhavam; antes, arremetendo com grande vigor aos bárbaros, matou dois, feriu gravemente tres e, por fim, levou os outros ante si fazendo-os recolher para dentro dos muros daquela outra parte da cidade, cuja porta lhes fechou, visto como sendo aberta na muralha da cêrca do castelo, que dividia a cidade em duas, podia fechar-se tanto de um lado como doutro. Isto fez D. Henrique por poder com mais segurança reunir-se à sua gente; e não foi sem brilho a luta que se travou entre D. Henrique, que procurava fechar a porta, e os mouros, que a isto se opunham.

Vendo os Portugueses que o dia ia já declinando, tratou cada um de reunir-se ao seu chefe, de quem se tinham perdido naquela tamanha confusão, e muitos deles, andando embora à procura de outros capitães, iam tambem perguntando com interesse por D. Henrique, que a todos cativára por seu valor e gentileza; e assim vieram a receber a notícia de que êle avançára com a sua gente até à porta de que acima falámos, e que, batendo-se bravamente, ali sucumbira. Tendo chegado esta falsa nova aos ouvidos de El Rei, êste sem dar sinal algum de tristeza e sem alterar em nada a expressão do rosto, de ânimo firme e imperturbavel disse a quem lhe dera a notícia: — «*É êste o fruto que costumam «colhêr os que pelejam*». E logo acrescentou que era de louvar o procedimento valoroso de D. Henrique, que, no desempenho do serviço de um homem de guerra, soubera morrer de morte gloriosa.

Estava D. Duarte a êsse tempo reunido com D. Pedro e outros nobres homens na mesquita maior em que os mouros costumavam reunir-se para fazer suas orações, a fim de, segundo as ordens de El-Rei, ali haver conselho sôbre o assalto ao castelo; e de lá mandou quem fôsse dizer a D. Henrique que viesse tambêm reunir-se a êle. A isto se recusòu a princípio D. Henrique, porque estava à espera de ver se os mouros voltavam de novo ao combate; mas D. Duarte, logo que recebeu tal resposta, mandou voltar imediatamente quem lha trouxera a dizer a D. Henrique que cessasse de combater, que o dia ia proximo do seu termo, e viesse imediatamente reunir-se a êle e aos outros nobres que o esperavam; porquanto, dizia, se se tomasse o castelo, nada mais restaria a fazer.

D. Henrique, movido das palavras que assim ouvira, veiu então ter com D. Duarte.

Os mouros por sua parte receando o assalto ao castelo, em que não contavam poder defender-se, deliberaram com Salabensala sair dele; e como vissem que a ocasião era então muito oportuna, resolveram logo retirar dali e abandonar o castelo. Assim, lançando mão cada um do que comsigo podia levar, saem ràpidamente e muito em silêncio com suas mulheres e filhos pela porta abobadada que do lado ocidental dá para o continente, e vão refugiar-se nas vilas e logares mais próximos.

Conservava-se El-Rei junto à porta da cidade que voltada a oriente dá para o Abila, mas os que com êle estavam fizeram-lhe ver que, em razão de vários casos que podiam dar-se, melhor seria que entrasse para dentro da cidade. Movido de suas razões entrou El-Rei e foi até um edifício em que os mouros costumavam reunir-se para orar, [uma mesquita], onde mais tarde se estabeleceu o convento de S. Jorge.

Na outra mesquita maior estava, como foi dito, o infante D. Duarte com outros principais tratando do assalto ao castelo em conselho, no qual tomava parte o infante D. Henrique; e, como vissem que o sol já ia muito baixo, trataram de escolher os que durante a noite deviam ficar de atalaia por ver que resolução tomariam os mouros e observar se o castelo estava bem guardado, visto como tinham resolvido dar o assalto logo ao romper do dia. Os que de tal serviço foram encarregados, com todo o cuidado que empregaram em suas pesquizas, não deram por que houvesse guardas ou vigias quer na muralha, quer na torre, e daí lhes veiu a suspeita de haverem os mouros fugido e abandonado o castelo, o que foram ràpidamente anunciar a El-Rei. Êste mandou logo chamar João Vaz de Almada e disse-lhe:

— «Toma a bandeira de S. Vicente, e entra, se puderes, nessa outra «parte da cidade. Se perceberes que os mouros fugiram e abandonaram «o castelo, arvora essa bandeira no cimo da torre».

Empunhou Vaz de Almada a bandeira, como El-Rei lhe ordenára, e lá foi seguido de muita gente armada até à porta do tal muro que dividia a cidade em duas; e, como a porta estivesse fechada, disse aos que o seguiam que a arrombassem. Quando, porêm, a estavam golpeando, dois mouros que ali tinham ficado por ver o caminho que as cousas levariam, chegaram-se ao muro e falando em castelhano, disseram: — «Não estejais com tanto trabalho: nós abriremos a porta e vos daremos «entrada».

Entrou João Vaz no castelo apenas se abriu a porta e foi arvorar a bandeira na torre mais alta. Dos que com êle entraram, uns, enlevados na beleza do castelo, contemplavam-lhe as maravilhas, outros, só levados da cubiça, tratavam de roubar-lhe as riquezas.

Foi neste meio tempo que chegou a El-Rei a notícia de que D. Hen-

rique estivera também no conselho sôbre o assalto ao castelo, pelo que deu graças ao Eterno Deus e mandou logo quem fôsse chamar o filho à sua presença. Quando D. Henrique chegou, El-Rei recebendo-o muito prazenteiro lhe disse: — «Pois vós, meu filho, entre tantos homens já «provados no serviço das armas, vos mostrastes a um tempo distintis-«simo capitão e denodado homem de peleja, justo me parece que se-«jais o primeiro, entre vossos irmãos, a ser investido nas honras da «cavalaria».

D. Henrique pediu então muito a El-Rei que permitisse que D. Duarte e D. Pedro, que no nascimento o haviam precedido, o precedessem também naquela honra. Louvou El-Rei a sisuda resposta do filho, e, logo que amanheceu, deu ordem para que todos os Prelados (1) e mais clérigos que trouxera em sua companhia fôssem chamados à mesquita maior e a sagrassem como igreja matriz da cidade.

Quando tais preparativos foram concluidos, D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique vestindo ricas armas e empunhando cada um a espada que, como dissemos, lhe dera sua mãe, chegam à presença de El-Rei, e por êste são armados cavaleiros, por ordem de suas idades, e com a devida solenidade.

Tratou depois D. João de notificar a D. Fernando, Rei de Aragão, a tamanha e rápida vitória que, por mercê de Deus, tinha alcançado; e para isto fez aprestar uma galeota e nela mandou João Escudeiro, fidalgo de alta linhagem, com suas cartas de crença para D. Fernando, que a êsse tempo estava em Peniscola, um castelo que dista cêrca de..... (2) milhas da muito ilustre cidade de Barcelona.

Tendo ali chegado, foi João Escudeiro introduzido na câmara onde D. Fernando estava em companhia do antipapa que se intitulava Clemente VII (3), e logo que ali entrou fez a devida reverência ao Rei e ia

(1) *Episcopos* et Sacerdotes, diz o texto de Pisano, em desacôrdo com Zurara que escreve: — em aquelle tempo não se acertou ali *nenhum bispo,*... e assim por acerto se não achou ali nenhum (*Crónica de D. João I,* cap. XCIV).

(2) A reticência vem no texto impresso e corresponde ao número de milhas (millia passuum) porventura não legivel no original manuscrito.

(3) Êste encontro de João Escudeiro com o Antipapa Clemente VII, quando aquele como emissário de D. João foi levar a D. Fernando de Aragão a notícia da tomada de Ceuta, é mais uma das fantasias de Pisano, agravada neste caso com um anacronismo de difícil explicação.

Roberto de Genebra, que, com o nome de Clemente VII, foi eleito papa em 1378 pelos cardeais de Avinhão, poucos meses depois que os de Roma elegeram Urbano VI, e que é considerado o primeiro antipapa, em Avinhão viveu como tal e ali veiu a morrer em 1394: — nada menos de 21 anos antes da tomada de Ceuta! É deveras estranho tal êrro cronológico, já por se referir a um facto histórico da máxima importância, naqueles tempos especialmente, já por ser cometido por escritores muito conceituados e que, para mais, do mesmo facto foram coevos, ou pouco menos. E digo

para beijar-lhe a mão, sem nenhum caso fazer do antipapa; mas D. Fernando vendo isto disse-lhe: — «Beijai primeiro o pé ao Sumo Pontífice, «depois me beijareis a mão a mim». — «Não, Senhor Rei, não beijo», — responde altivamente João Escudeiro. — «De bom grado beijaria o pé ao «Sumo Pontífice, mas ao de Roma, se aqui estivesse, que é êle a quem «obedece o meu Rei e meu Senhor». — Admirou-lhe D. Fernando a ombridade da resposta e elogiou-lhe a firmeza de ânimo. Logo após começou a interrogá-lo sôbre a vitória alcançada e modo por que o fôra. A tudo respondeu Escudeiro sumariamente, e, tendo recebido de D. Fernando valiosos presentes, voltou com a carta de resposta dêle para El-Rei, que então estava no Algarve.

Para ali viera D. João depois de haver permanecido em Ceuta onze dias após a sua tomada, tendo deixado a defesa dela entregue ao mui distinto e esforçado cavaleiro, o Conde D. Pedro.

Foi êste que, depois da saida de El-Rei, em Ceuta se conservou durante cêrca de vinte e dois anos sustentando contínuas e gloriosas lutas com os mouros e operando em muitos recontros verdadeiros prodígios.

escritores, porque tambêm Zurara cometeu o mesmo êrro. De facto, na *Crónica de D. João,* no final do cap. XCIII, onde o autor se refere às conjecturas que se faziam sôbre o destino da fróta que então se estava preparando, escreve o nosso cronista: «Outros disseram que porquanto em Avinhão *naquelle tempo* estava o Antipapa que se «chamava *Clemente VII,* ao qual obedecia toda a Hespanha, afóra este reino de Portu-«gal, etc.». O êrro, como se vê, é o mesmo, e muito convêm notar que, em seguida ao que fica transcrito, Zurara passa a encarecer a fidelidade de Portugal ao Papa de Roma. Daqui sou levado a aventar que Pisano, seguindo passo a passo a obra de Zurara, com êle tomou aqui, sem mais critério, por caminho errado, limitando-se a revestir o facto com formas mais dramaticas, no intuito certamente de dar maior realce à fidelidade de Portugal para com a Cúria Romana.

O tal encontro, a haver-se dado, devêra ter sido com o aragonez Pedro de Luna, que, com o nome de Bento XIII, sucedera a Clemente VII, por morte dêste. Bento XIII, sim, perseguido pelos partidários de Bonifácio IX, Papa de Roma, teve de fugir de Avinhão para a Catalunha, indo por último refugiar-se no Castelo de Peniscola, onde esteve desde 1415 até ao ano 1424, em que faleceu. Mas, se assim, com a substituição de um nome, desaparecia o êrro cronológico, nem por isso deixariam de subsistir dúvidas sôbre a veracidade do facto referido por Pisano, que continúo a ter por fantasioso com fundamentos que não vale a pena desenvolver. Em qualquer caso, porêm, me não teria por autorisado e fazer tal alteração no texto de Pisano, visto como se não trata de êrro que razoadamente possa lançar-se à conta do copista ou, mais tarde, do impressor da obra.

UNIVERSITY OF ILLINOIS-URBANA
3 0112 124138196